



MUDANÇAS ENTRE GRUPOS INDÍGENAS TUPÍ DA REGIÃO DO TOCANTINS-XINGU (BACIA AMAZÔNICA)

Exedito Arnaud

Museu Goeldi

RESUMO: O trabalho focaliza os grupos indígenas Akuáwa-Asuriní (rio Trocará, Tocantins), Suruí-Mudjetire (rio Sororozinho, Tocantins), Parakanân (rios Tocantins e Xingu), Asuriní do Xingu (rio Piaçava, Xingu) e Araweté (rio Ipixuna, Xingu). Contém os seguintes capítulos: a) A ocupação nacional; b) Os grupos indígenas; e c) Os contatos inter e extra-tribais.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi escrito em função do nosso projeto "O Índio e a Expansão Nacional" para o 44º Congresso Internacional dos Americanistas ocorrido em setembro do corrente ano, em Manchester (Inglaterra). Sua inscrição foi aceita para o simpósio "Change in the Amazon Basin", porém, por motivo de força maior, não pudemos comparecer ao evento. Focaliza os grupos indígenas Akuáwa-Asuriní (rio Trocará, Tocantins), Suruí-Mudjetire (rio Sororozinho, Tocantins), Parakanân (rios Tocantins e Xingu), Asuriní do Xingu (rio Piaçava, Xingu) e Araweté (rio Ipixuna, Xingu). Aqui o apresentamos com alguns acréscimos e alterações. Contém o seguinte: aspectos da região, sua penetração por frentes nacionais extrativistas, agrícolas, pecuárias e as situações originadas pela abertura das rodovias Transamazônica. Cuiabá-Santarém e pela construção da hidroelétrica de Tucuruí; referências históricas sobre os grupos Tupí da região, com um esquema comparativo dos padrões sócio-culturais dos grupos acima referidos; seus contatos inter e extra-tribais, as mu-

danças sofridas em decorrência dos mesmos e o modo como estão sendo conduzidos no processo de integração à sociedade nacional. Na preparação do trabalho, além da bibliografia referenciada, aplicamos elementos pessoalmente colhidos no decorrer de pesquisas de campo realizadas entre os Akuáwa-Asuriní (1971, 1975) e Parakanân (1975), complementados por meio de entrevistas posteriores com índios destes dois grupos, com Suruí-Mudjetire e com sertanistas, bem como por dados obtidos na 2a. Delegacia Regional da FUNAI (Pará), especialmente sobre aspectos demográficos atuais.

A OCUPAÇÃO NACIONAL

A região do Tocantins-Xingu (Estado do Pará), referida neste contexto (2°-10° lat. sul, 49°-55° long. oeste), limita-se ao norte pelos rios Amazonas, Anapu e Pará, ao sul pelos Estados de Goiás e Mato Grosso, a leste pelos rios Tocantins-Araguaia, e a oeste pelo Xingu e afluentes Iri-Curuá. Abrange uma superfície com aproximadamente 450.000 km², correspondente a mais de um terço da superfície do Estado (1.248,04 km²). Encontra-se dividida entre os municípios de Porto de Moz e Praínha (Micro-região Baixo Amazonas — 14), Altamira e São Felix do Xingu (Xingu — 15), Melgaço, Portel, Senador José Porfírio e Gurupá (Furos — 16), Bagre, Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará (Baixo Tocantins — 18) e Marabá, Itupiranga, Jacundá e Tucuruí (Marabá — 19). Na maior parte é coberta por florestas de terra firme, havendo ocorrência de florestas de várzea e de igapós ao norte e florestas semi-úmidas e campos cerrados ao sul. Além dos rios acima mencionados, acha-se sulcada por numerosos outros, dentre os quais destacam-se o Jacundá, Pacajá Grande (ou de Portel) e Araticu (afluentes rio Pará); Bacajá (afluente do Xingu), Itacaíunas e Pucuruí (afluentes do Tocantins). Como principais elevações possui as serras do Gradaús, Seringa, Inajá e Carajás, todas situadas a sudeste da região.

Pedro da Costa Favela e Jeronimo de Albuquerque, tendo sido aprisionados seus ocupantes (Reis, 1960: 3). Desde então os jesuítas começaram a operar na área, a serviço dos portugueses: em 1636, fundaram no Xingu a missão de Itacuruçá (atual Vieiros); em seguida, as missões de Araricuri (Souzel Velho), Miraveri (Patual Pombal) e Materua no local do forte de Orange (atual Porto de Moz) (Figueiredo, 1975: 63; Kreutler, 1975: 56); e também se instalaram junto ao forte de Gurupá e no local onde se acha a cidade de Portel, em 1613. Em 1750 o Pe. Hundertfünd subiu pela primeira vez o Xingu e o Iriri ("Rio dos Jurunas"), entrando em contato com os índios "Jacipoia (Chipaya) e Curubari (Curuaia)". Outros missionários da Companhia conseguiram aldear os índios Tucuniapé na missão Tauaquara (Tauaquaram, Tavaquára, Tecauna), distante um quilômetro do lugar onde se situa a cidade de Altamira (Ibid.).

O Tocantins foi percorrido, em 1613, pelo francês Daniel de La Touche, o qual permaneceu cerca de um ano em Cametá e subiu até as primeiras cachoeiras do rio Araguaia (Cruz, 1963: 26; Paternostro, 1945: 55). Entretanto, a mais importante expedição desse período foi efetuada pelo capucho frei Cristovão de Lisboa (ou de S. José), em 1625, devendo-se a ele e a Pedro Teixeira os primeiros relatos sobre a região (Muniz, 1916: 189; Paternostro, 1945: 55). Em 1655, os jesuítas instalaram-se em Cametá, tendo os padres Tomé Ribeiro, Romeu Careu, Manuel Nunes, Gonçalo Paes e Manuel Brandão, subido o rio além da sua confluência com o Araguaia, atribuindo-se aos dois últimos a descoberta do cravo, da canela e da castanha (Ibid.; Abreu, 1963: 140). Já pela metade do século XVIII, após a expulsão dos jesuítas, a administração colonial criou no Tocantins as povoações de São Bernardo de Pederneiras (1781), Alcobaça (1782) e Arroios (1793) (Ferreira Penna, 1973: 77).

As penetrações na região pelas frentes nacionais de expansão, desde o passado até bem recentemente, vinham ocorrendo em função de uma economia predominantemente extrativista e predatória relacionada a princípio à exploração

das chamadas drogas do sertão (cravo, canela, cacau etc.). Em seguida, a partir da segunda metade do século passado, prosseguiram mais em decorrência da extração da borracha, castanha-do-pará e também de oleaginosas, madeiras, caça de animais silvestres; e, mais recentemente, em razão da garimpagem de ouro, diamante e cristal de rocha. Tais explorações eram processadas geralmente nas terras adjacentes aos cursos d'água, ocorrendo a da borracha sobretudo no Xingu-Iriri; e da castanha-do-pará, assim como a garimpagem do diamante e cristal de rocha, no médio Tocantins.

O desenvolvimento da pecuária (criação de bovinos) iniciado já em fins do século passado, especialmente na confluência do Tocantins-Araguaia por intermédio de criadores procedentes dos "Pastos Bons" (Maranhão), veio alcançar certa significação a partir de 1940, na zona de Marabá, quando os empresários enriquecidos com o comércio da castanha passaram a investir no ramo, provavelmente como alternativa para compensar a paralisação do comércio desse gênero, por falta de compradores no mercado internacional (Arnaud, 1975: 17). A agricultura manteve-se sempre em nível de subsistência em toda a região e nem sempre satisfazendo as próprias necessidades locais.

Acontece que, com a abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960, da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, surgidas após 1970 em razão do Programa de Integração Nacional (Dec. Lei nº 1.106 de 16/06/70), e de diversas outras rodovias a elas ligadas, numerosos projetos agrícolas e pecuários e relacionados à exploração de minérios e de madeiras começaram a surgir, destacando-se o Projeto Carajás (ferro, ouro, cobre etc.) ainda em fase de implantação, mas já ocorrendo intensamente a garimpagem do ouro na serra "Pelada" pertencente ao próprio sistema Carajás. Em 1973, foi iniciada a construção da hidroelétrica de Tucuruí, pela Eletronorte, cuja barragem provocará a inundação duma área de 216.000 ha (municípios de Tucuruí e Jacundá); e já ocorrem estudos para o aproveitamento do potencial hidráulico da bacia do Xingu. Entre a serra de Carajás e o Porto de Itaqui (Maranhão) está

sendo construída uma ferrovia com 890 quilômetros para o escoamento da produção de minério. E foi proposta a criação da "Floresta Nacional do Bacajá-Itacaiunas" pelo Projeto Radam, no sentido do aproveitamento do potencial de madeira: *92,2% da área tem capacidade de Alta e Média para a exploração de madeira, concentrando-se 82,1% na classe Alta* (BRASIL. Dep. N.º. Min. 1974: 31-33). Numerosas fazendas de gado vacum e agrovilas já foram implantadas na região, ao longo das rodovias; diversas serrarias se acham operando; uma usina de açúcar foi instalada no Município de Prainha; e um amplo projeto de colonização está sendo levado efeito no Município de S. Felix do Xingu pela empresa Andrade Gutierrez (1). Face ao exposto a população regional vem apresentando aumentos significativos nas seis micro-regiões existentes (19 municípios) sendo que, entre 1970 e 1980, subiu de 276.416 para 631.571 habitantes, de modo expressivo em Altamira (213,8%), S. Felix do Xingu (233,9%), Prainha (268,2%), Conceição do Araguaia (310%), Tucuruí (517,1%) e Jacundá (568,7%) (cf. Benchimol, 1981: 63-65) (2).

(1) — Segundo dados colhidos duma *planta global dos loteamentos coloniais e projetos agropecuários — Trechos Altamira-Itaituba, Altamira-Marabá, Pará, 26/09/78, Escala 1:250.000 — INCRA* — existiam então em andamento e/ou projetados os seguintes loteamentos: Projetos agropecuários: 1) — Loteamento colonial PIC, Altamira: 3.607 lotes com 351.000 ha; 2) — Colonial gleba Belo Monte: 204 lotes com 16.539 ha; 3) — Agropecuário Uruará-Sal: 304 lotes com 127.208 ha; 4) — Agropecuário Rio Joá, Sal, Andrade e Conspara: 104 lotes com 52.000 ha; 5) — Loteamento Xingu-Anapu-Arataú: 337 lotes (Andrade) 175.000 ha; 6) — Anteprojeto Uruará (Norte): 1.137 lotes a serem demarcados 565.000 ha; 7) — Anteprojeto Uruará (Sul): 350.000 ha; 8) — Área reservada para Cotriju: 400.000 ha; 9) — Projeto Brasil Novo: 146 lotes demarcados (Tramontella): com 74.500 ha; 10) — Projeto rio Xingu: 123 lotes licitados com 65.500 ha; 11) Projeto Anapu: 63 lotes licitados com 189.000 ha; 12) — Projeto Arataú (parcial): 350.745 ha; 13) — Gleba Belo Monte: 181 lotes licitados com 218.400 ha; 14) — Gleba Bacajá: 101 lotes licitados; 15) — Projeto Curuaá: 31 lotes (área licitada) com 93.000 ha.

(2) — O incremento populacional dos municípios situados na região do Tocantins-Xingu, entre 1970 e 1980, assim ocorreu: Baixo Amazonas (14) — Porto de Moz: 1970 — 7.435 hab.,

OS GRUPOS INDÍGENAS

Segundo registra Nimuendaju (1981: mapa), nos tempos históricos a região apreciada neste estudo era na maior parte ocupada por grupos indígenas de origem Tupí. A partir da segunda metade do século passado começa a ser referida a presença dos Araras (Karib), e também dos Kayapó no sul da região, cuja expansão para o norte passa a ocorrer já a partir de 1930 (Ibid.). Entre os índios Tupí, os Pacajá, Takanyapé, Pauxí, Aracaju, Guahara e outros com denominações semelhantes, mas de *línguas desconhecidas*, desapareceram sem que tivessem sido obtidas sobre eles *informações de valor etnográfico* (Ibid. 1948A. 213-17). Os Oyampik (Wayâpi) emigraram para a margem esquerda do Amazonas, no século XVIII, encontrando-se nos dias atuais divididos em vários grupos-locais situados desde o rio Amapari (Território do Amapá) até o Oiapoque, em terras do Brasil e da Guiana Francesa (Galois, 1981: 1-2). Os Jurúna, provavelmente oriundos do Amazonas, habitantes do baixo Xingu desde o século XVII, foram se deslocando para o sul e acabaram por localizar-se no rio Manitsauá (Parque Nacional do Xingu) (Oliveira, 1972: 15-44); dentre os que permaneceram no baixo Xingu, restam

1980 — 11.889, 59%; Prainha: 1970 — 12.327 hab., 1980 — 45.397, 268,2%. Xingu (15) — Altamira: 1970 — 15.345 hab., 1980 — 48.164, 213,8%; S. Felix do Xingu: 1970 — 2.331 hab., 1980 — 7.785, 233,9%. Furos (16) — Melçoço: 1970 — 6.157 hab., 1980 — 10.704, 73%; Portel: 1970 — 16.438 hab., 1980 — 43.229, 162,9%; Senador José Porfírio: 1970 — 3.031 hab., 1980 — 6.340, 109,1%; Gurupá: 1970 — 13.983 hab., 1980 — 15.610, 11,6%. Baixo Tocantins (18) — Bagre: 1970 — 4.451 hab., 1980 — 8.316, 86,8%; Baião: 1970 — 12.094 hab., 1980 — 16.349, 35,1%; Cametá: 1970 — 60.115 hab., 1980 — 79.372, 32,0%; Mocajuba: 1970 — 9.154 hab., 1980 — 13.285, 45,1%; Oeiras do Pará: 1970 — 11.089 hab., 1980 — 12.579, 13%. Marabá (19) — Itupiranga: 1970 — 5.353 hab., 1980 — 15.633, 191,9%; Jacundá: 1970 — 2.225 hab., 1980 — 14.879, 568,7%; Marabá: 1970 — 24.491 hab., 1980 — 59.842, 144,3%; S. João do Araguaia: 1970 — 15.341 hab., 1980 — 35.804, 113,3%; Tucuruí: 1970 — 9.936 hab., 1980 — 61.319, 517,1%. Araguaia Paraense (20) — Conceição do Araguaia: 1970 — 27.372 hab., 1980 — 112.397, 310,6%; Santana do Araguaia: 1970 — 7.757 hab., 1980 — 12.678, 63,4% (cf. Benchimol, 1981: 63-65).

cerca de 60 (15 famílias elementares) mas já integrados no meio regional. Os Kuruáya e os Xipáya, que ocupavam nos séculos XVIII e XIX os rios Iri e Curuá (afluentes do Xingu), em razão dos sucessivos ataques sofridos dos Kayapó foram gradativamente aceitando a ação patronal dos seringalistas, como extratores de borracha, pilotos, tripulantes de embarcações etc.; alguns ainda permanecem nos seringais, mas outros mudaram-se para a cidade de Altamira onde ainda continuam exercendo as mesmas atividades acima mencionadas. Os Anambé, referidos a partir do século XIX, atravessaram o Tocantins e foram estabelecer-se junto aos Turiwára, no rio Cairari (afluente do Moju) (cf. Arnaud & Galvão, 1969: 8). E os Kupê-rop, referidos desde o século XIX até por volta de 1940, na margem esquerda do Tocantins (Nimuendaju, 1981: mapa), seriam provavelmente os próprios Parakanân.

Presentemente, são conhecidos na região de Tocantins-Xingu (Pará) os seguintes grupos indígenas Tupí: Akuáwa-Asurini (Trocará, Tocantins), Suruí-Mudjetire (Sororozinho-Tocantins), Parakanân (Tocantins - Xingu), Asurini do Xingu (Piaçaba) e Araweté (Ipixuna-Xingu) (3). De acordo com que pôde ser observado possuem eles dialetos filiados a família lingüística Tupí-Guaraní. Os Akuáwa-Asurini entendem-se de modo satisfatório com os Suruí-Mudjetire e Parakanân, porém entre estes dois últimos a comunicação verbal ocorre com certa dificuldade. Nenhum entendimento foi observado por sertanistas da FUNAI, de elementos desses grupos com os Asurini do Xingu e Araweté. Estes últimos mostraram também acentuadas diferenças entre si, aproximando-se o dialeto dos Araweté do dialeto dos Urubu-Kaapor situados na região do Gurupi (Maranhão) (Arnaud, 1978: 7).

Apesar da insuficiente informação obtida através da literatura etnográfica e também da memória tribal, face aos

(3) — Os Akuáwa-Asurini, Suruí-Mudjetire, Parakanân, Asurini do Xingu, face ao seu envolvimento por grupos Kayapó foram enquadrados na Área Cultural Tocantins-Xingu, a despeito de se tratarem de grupos distintos da cultura Kayapó-Timbira, representativa da área. (Cf. Galvão, 1960: 29 a 32).

caracteres somáticos apresentados por diversos indivíduos desses grupos, como sejam, pilosidade, cor clara da pele e dos olhos, cabelos e traços fisionômicos (4), se não constituem eles descendentes daqueles índios dados como extintos que, no passado, tiveram relações com missionários e colonizadores, pelo menos podem ter tido contatos com os mesmos, em fase não conhecida.

Com respeito a cultura e organização social tradicionais, com base em indicações colhidas através da bibliografia referenciada e de observações pessoais, apresentamos o seguinte esquema comparativo (5): cabelos cortados de forma circular, à altura das orelhas (Akuáwa-Asuriní, Suruí-Mudjetire e Araweté) e completamente, raspados (Parakanân); uso de estojo peniano de palha (Akuáwa-Asuriní, Suruí-Mudjetire e Parakanân); amarração do pênis com fio de algodão (Araweté e Asuriní do Xingu); indumentária feminina composta de 4 peças-cinta-sobre-saia, tipoia e tubo-lenço para a cabeça (Araweté) e ausência de cobre-sexo entre as mulheres dos demais grupos; uso no lábio inferior, pelos homens de grandes batoques de madeira, a semelhança dos Kayapó (Akuáwa-Asuriní), e de pequenas cavilhas pelos demais; perfuração dos lóbulos das orelhas, por ambos os sexos, para uso de rodela de taboca (Akuáwa-Asuriní) e de brincos de sementes (Araweté, Asuriní do Xingu, Parakanân e Suruí-Mudjetire). Adornos de penas para cabeça em forma de coroa radial (Akuáwa-Asuriní, Parakanân e Suruí-Mudjetire), em forma de diadema (Araweté) e possivelmente no passado, *enfeites de cabeça de arara, garça, papagaio* (Asuriní do Xingu) (Ribeiro 1981a:16). Uso generalizado de tornozeleiras.

(4) — Registra Lukesch (1976 : 24) haver verificado ser a maioria dos Asuriní de cor *moreno claro*; uma minoria apresentava características mongolóides, porém não muito pronunciadas; e alguns elementos tinham traços negróides, possivelmente transmitidos pelos Araras (na fase em que estiveram em conflito), os quais, segundo Coudreau (1897 : 34-35), *teriam assimilado alguns escravos negros foragidos*.

(5) — Quando ocorrem referências específicas, é porque os traços culturais são comuns entre todos os grupos.

jarreteiras e tipóias tecidas de algodão. Pintura corporal com urucu e/ou jenipapo, inclusive com desenhos simétricos (Asuriní do Xingu, Parakanân, Araweté), e aplicação de tatuagem (Asuriní do Xingu).

Aldeias em forma de semicírculo (Suruí-Mudjetire), e sem plano definido entre os demais grupos. Grandes malocas comunais, abertas lateral e frontalmente (Akuáwa-Asuriní e Suruí-Mudjetire), com a cobertura até o solo com entradas laterais (Parakanân), cobertura elíptica até o solo com uma ou duas portas (Asuriní do Xingu); pequenas habitações de cobertura elíptica com uma porta frontal (Araweté); tocaias cobertas de palha com pequenos orifícios (Suruí-Mudjetire, Parakanân e Asuriní do Xingu). Redes para dormir de fios de algodão, tucum e envira de trama espaçada, sem punhos e contrafortes nas extremidades distais; e de um tipo altamente elaborado de tecido compacto de algodão com desenhos lineares em cores marrom e branco (Asuriní do Xingu). Bancos de madeira esculpidos numa só peça com assento circular escavado ao centro (Asuriní do Xingu). Utilização de cabaças como recipientes; e também de cuias contendo desenhos decorativos (Asuriní do Xingu).

Cestaria de traçado sobreposto (*plaited*) compreendendo esteiras, abanos, peneiras, cestos, com a aplicação das palhas de babaçu, tucumã e arumã, fabricando os Asuriní do Xingu *um cesto sui-generis* (mburiru) *estojiforme com tampa, misto de trançado e tecido, sem precedentes na cestaria indígena brasileira* (Ribeiro, 1981A: 17). Ausência do tipiti (peça usada na prensagem da massa da mandioca) entre todos os grupos. Processamento da cerâmica para fins utilitários (fornos, potes): simples (Akuáwa-Asuriní, Suruí-Mudjetire e Araweté), decorada em preto (Parakanân), e policrômica com desenhos variados (Asuriní do Xingu). Emprego do arco e flecha como armas de caça, pesca e combate; e também de cacetes (Akuáwa-Asuriní e Suruí-Mudjetire). Arcos de paxiúba, encordamento curauá ou tucum, seção plana ou plana convexa com 1,30 x 1,90 m. comprimento e 0,05 e 0,07m. largura (Akuáwa-Asuriní, Suruí-Mudje-

tíre e Asuriní do Xingu), possuindo este últimos um tipo mais elaborado para cerimoniais. Arcos de paxiúba, encordoamento de curauá ou tucum, seção elíptica, comprimento 1,20 a 1,50 m e largura 0,05 (Parakanân); arcos de ipê, encordoamento de curauá, seção plano-convexa, comprimento 1,70m e 0,05 largura (Araweté). Flechas de emplumação paralela, com ponta de osso, madeira roliça e lanceolada de taboca: 1,40 a 1,80 m comprimento (Akuáwa-Asuriní, Suruí-Mudjetíre, Asuriní do Xingu e Araweté), e de 1,00 a 1,15 m com grandes pontas lanceoladas de 0,20 a 0,40 m (Parakanân). Instrumentos musicais — flautas de pan, pífaros e grandes buzinas de taboca, estas entre os Akuáwa-Asuriní e Asuriní do Xingu; e somente percussão: jarreteiras com ossos de animais (Parakanân). Não emprego de canoas para navegação entre todos os grupos (6).

Subsistência obtida por meio da caça, pesca, coleta e agricultura. Caça praticada com o arco e a flecha, inclusive pelo sistema de **espera** em tocaias, e com o emprego de cães (Parakanân, Akuáwa-Asuriní e Suruí-Mudjetíre); pesca com o arco e a flecha, armadilhas e com o emprego do timbó; coleta de jabutis, mel-de-abelha, tapurus, castanha-do-pará e outras amendoas e frutos silvestres. Cultivo de mandioca, macaxeira, milho, cará, inhame, batata doce, algodão, urucu, banana e favas: predominância da mandioca (Akuáwa-Asuriní, Suruí-Mudjetíre e Parakanân), milho (Araweté), milho e batata (Asuriní do Xingu); maior número de espécies cultivadas e de maiores roças entre os últimos. Aplicação de machados de pedra nas derrubadas por todos os grupos no passado. Fabricação de beijos e da farinha de mandioca

(6) — Nimuendaju (1948A: 230) informou que os Asuriní do Xingu construíam cancas; e os Akuáwa-Asuriní também forneceram igual informação com respeito ao próprio grupo. Entretanto, tais referências não pudemos confirmar, sendo que, conforme Ribeiro (1981A: 9) os Asuriní "antigamente faziam uma espécie de jangada (*Y'hára*) de troncos de bananeiras para atravessar os igarapés, ou estendiam "pontes (*maimy*)" de uma a outra margem", havendo aprendido a fazer canoas nestes últimos dez anos após o contato com a sociedade nacional. Os Akuáwa-Asuriní também faziam pontes.

com a aplicação da massa puba (Akuáwa-Asuriní, Suruí-Mudjetire e Parakanân), massa puba e ralada (Araweté), ambos os processos (Asuriní do Xingu), farinha de milho (Araweté e Asuriní do Xingu) e de tapioca (Asuriní do Xingu). Bebida fermentada de milho (cauí) somente entre os Araweté. Processamento da massa da mandioca com o emprego de raízes da paxiúba na ralação, pilões e fornos de barro, ocorrendo a extração do tucupi com as mãos. Preparação da carne e do peixe em panelas e moquéns ou diretamente em fogueiras. Não emprego do sal e de outros condimentos na alimentação. Uso generalizado do tabaco sob a forma de charutos envolvidos com tauari. Divisão de trabalho, obedecendo em regra os padrões aplicados por numerosos outros grupos tribais: homens — caça, pesca, artefatos de madeira, habitações, derrubada e queimada de roçados; mulheres — cerâmica, fiação e tecelagem de algodão, pintura corporal, colheita e preparação da comida; ambos os sexos — trançado de palha (sendo as peças mais complexas fabricadas pelos homens), confecção de ornamentos, plantio e condução de carga.

Organização social — clãs patrilineares exogâmicos com chefia hereditária (clã koací) entre os Suruí-Mudjetire (Laraia, 1972: 17-21-22), famílias extensas com residência patrilocal e/ou linhagens, ocupando cada uma geralmente uma habitação (Akuáwa-Asuriní) (7), grupos domésticos liderados pelos homens mais velhos (Parakanân); grupos locais com uma ou mais casas comunais, com residência *teoricamente matrilocal* (Asuriní do Xingu) (Ribeiro, 1981A: 17); famílias elementares ocupando habitações distintas não ten-

(7) — A residência patrilocal entre os Akuáwa-Asuriní, talvez possa ser comprovada através do seguinte discurso representativo: *Casei com Iogawetee há muito tempo. Ele fez uma casa para nós... Um dia ele foi levar-me da casa da minha mãe para casar comigo. Ele foi lá e me disse: — Vamos embora. Chorei porque não queria deixar minha mãe. Mas ela me obrigou a ir com ele... Meu pai disse o mesmo. Por isso eu disse: Pois é, então vou... Casamos bem longe da minha mãe. Não volte para sua mãe, ele me disse... e Não voltei.* (Harrison, 1976: 136).

do sido obtido indicações acerca de uma possível reunião das mesmas em unidades maiores (Araweté). Casamentos monogâmicos (Araweté), monogâmicos e poligínicos entre os demais grupos: preferencialmente com primas cruzadas patrilineares (Akuáwa-Asuriní e Parakanân) patri e matrilineares (Suruí-Mudjetire), ocorrendo como segunda opção casamentos avunculares (*tio-sobrinha*). Terminologia de parentesco do tipo **Sudanês** (Akuáwa-Asuriní, Suruí-Mudjetire e Parakanân), não tendo sido conseguidas informações sobre os outros grupos. Mau tratamento ministrado pelos homens às mulheres, e por ambos as crianças (Akuáwa-Asuriní e Parakanân), ocorrendo entre os últimos casos de extrema violência.

Ciclo de vida — *Couvade* consistindo de dieta alimentar e interrupção de rotina de trabalho durante vários dias, pelos pais da criança (Akuáwa-Asuriní e Asuriní do Xingu), somente abstinência alimentar (Suruí-Mudjetire e Araweté) e nenhuma dessas práticas entre os Parakanân. Inexistência de informações sobre possíveis rituais da puberdade entre todos os grupos. Ocorrência de infanticídio, em situações de crise (Akuáwa-Asuriní e Parakanân), e em se tratando de um filho concebido em consórcio anterior (Araweté). Frequência de abortos entre mulheres Asuriní do Xingu, geralmente por meios mecânicos (massagens, pauladas), praticadas pelos maridos ou parceiros extraconjugais por motivo de ciúme ou pelo xamã por *exigência de participação da juventude feminina, sem filhos nos rituais xamanísticos* (Ribeiro, 1981A: 4). Sepultamento na própria maloca do falecido (Akuáwa-Asuriní, Suruí-Mudjetire e Parakanân) com o abandono dos demais moradores entre os dois primeiros e permanência entre os últimos; e distantes da aldeia entre os Araweté e Asuriní do Xingu; enterramento secundário no caso de falecimento fora da aldeia (Parakanân).

Cerimoniais — compreendendo cânticos e danças relacionados geralmente aos ciclos de trabalho: “Festa do milho” (Araweté) e “Festa do Toré” (Asuriní do Xingu), “Ahioaia” (Suruí-Mudjetire), “Asonga-rehe” (Akuáwa-Asuri-

ní). Xamanismo consistindo na invocação de sobrenaturais mediante cânticos, danças e batidas com o maracá, com a aplicação no tratamento das enfermidades de sopros, sucções e fumigações com o tabaco; de forma altamente complexa e exaustiva pelos Asuriní do Xingu, entre os quais existem homens e mulheres xamãs, divididos em várias classes e com a participação como auxiliares nos rituais de todos os homens jovens e a totalidade das mulheres sem filhos (Jangoux, 1978:23-25; Müller, 1980-31-32; Ribeiro, 1981A:7). Mahíra é o principal herói cultural dos grupos em apreciação, tal como entre numerosos outros de origem Tupí. Os Suruí-Mudjetire têm um ancestral especial para cada segmento clânico, descendentes de Mahíra, estando os membros do clã Koaci ligados diretamente a Mahíra (Laraia, 1972:25).

OS CONTRATOS INTER E EXTRA TRIBAIS

Os Akuáwa-Asuriní (rio Trocará, Tocantins) ⁽⁸⁾, segundo as mais recentes indicações, podem ser consideradas como distintos dos Asuriní do Xingu. Foram provavelmente referi-

(8) — O termo Akuáwa foi referido inicialmente como sendo a antiga autodenominação dos Akuáwa-Asuriní e dos Suruí-Mudjetire (cf. Laraia & Matta, 1967 : 37; Laraia, 1972 : 24). Segundo Harrison (1976 : 12) o termo *aqawa* aplicam também os Asuriní para designar outros grupos de índios encontrados por eles ou de quem ouviram falar, havendo igualmente se tornado um termo pejorativo usado pelo grupo A com referência ao B a tribos alheias que preferem continuar sua existência como *índios do mato*... De acordo com o que pudemos investigar o termo Akuáwa vem sendo aplicado pelos Akuáwa-Asuriní, Suruí-Mudjetire e também pelos Parakanân, a outros grupos ou a indivíduos que não eles próprios. Por exemplo, um Akuáwa-Asuriní nos declarou que Akuáwa eram "todos os índios que estavam no mato"; e um outro, disse que era uma palavra usada para designar *índios diferentes*. Quando perguntamos ao índio Umaçu (Suruí-Mudjetire) o que era Akuáwa, respondeu ele rispidamente: *É lu cristão*; e duas mulheres do mesmo grupo igualmente assim falaram: *São vocês cristãos*. A cremos em interpretes na língua Tupí que atuaram entre os Parakanân, o termo Akuáwa sempre era aplicado por estes a índios inimigos, indistintamente. Os Parakanân e os Suruí-Mudjetire aplicam comumente ao *branco* a expressão Turi.

dos por Coudreau (1897: 32) por essa denominação numa fase que era a mesma aplicada pelos brasileiros e pelos índios que falavam o português, a todos os índios de origem Tupí situados entre o Tocantins e o Xingu (Lukesch, 1976: 36).

Os Akuáwa-Asuriní a partir do início da década de 1920, durante um período aproximado de 30 anos, estiveram empenhados em conflitos com os brasileiros na orla de Tocantins, principalmente no trecho situado entre o lugar Joana Peres (Município de Baião) e vila de Breu (Município de Tucuruí) situada no Km 43 da E. Ferro do Tocantins. Contra seus acampamentos foram enviadas diversas expedições punitivas (inclusive pela direção da E. de Ferro), as quais revidavam energicamente atacando coletores de castanha, lavradores, turmas de conservação da Estrada, chegando a ameaçar a permanência de pequenos núcleos de povoamento. Os trabalhos desenvolvidos pelo S.P.I., no sentido de pacificá-los, só começaram a alcançar resultados positivos, em 1953, quando eles vieram estabelecer contatos amistosos com uma turma de atração acampada no sítio Apinajé (entre os igarapés Piranheira e Trocará), pelo fato de haverem sido desalojados de suas aldeias pelos Parakanân (a quem denominavam Waruaitung) conforme eles próprios declaravam. Na mesma fase eram também atacados pelos Kayapó.

Por ocasião dos primeiros contatos, somavam aproximadamente 190 indivíduos, divididos entre grupos-locais, situados desde as cabeceiras do rio Pacajá de Portel a "Cachoeira Grande" nas proximidades da serra do Trocará. Acontece que, o ambiente onde os Akuáwa-Asuriní vieram procurar refúgio, não apresentava condições favoráveis para a sobrevivência de um grupo ainda em estado tribal, haja vista o seguinte: pouca ocorrência de amêndoas, frutos silvestres e de caça, sobretudo por tratar-se de uma área intensamente penetrada por regionais; e insuficiência de roçados, pois o Posto Indígena se achava ainda em fase inicial de instalação. Além disso, tratava-se de uma área atingida quase totalmente pelas inundações que costumam assolar anualmente o Tocantins. Assim sendo, desde cedo as dificuldades começa-

ram a surgir, tendo sido o S.P.I. obrigado a adquirir, constantemente, avultadas quantidades de farinha para abastecer os índios; e numa ocasião mais crítica o agente do Posto viu-se obrigado a entregar-lhes os alimentos em conserva que eram destinados ao consumo dos empregados. Foram então eles atingidos por um forte surto disentérico, seguido de outro de gripe, perecendo, em conseqüência, cerca de 50. Os sobreviventes, na maioria retornaram ao rio Pacajá, porém, de quando em vez, surgiam no posto em busca de alimentação, não possibilitando assim o amadurecimento dos roçados (Arnaud, 1967: 61). Em 1956, por ocasião de uma grande enchente, havendo o agente evacuado o Posto por falta de condições, um indivíduo de cor preta que, com a anuência do S.P.I., costumava caçar e pescar na área indígena, acabou por assumir a liderança de trinta e poucos dos remanescentes, na quase totalidade jovens e crianças e com eles passou a percorrer, durante cerca de 2 anos, as cidades do baixo Tocantins, mendigando e saqueando roçados, sem encontrar reação, pois fazia acreditar possuir influência sobre um grupo mais numeroso. Ao mesmo tempo proporcionava aos índios bebidas alcoólicas e facilitava o intercuro sexual de **civilizados** com as índias. Quando o S.P.I conseguiu recolher esses índios ao Posto, já estavam reduzidos a metade (Ibid.: 61-62).

Desde então, os componentes do grupo, tendo perdido a autonomia, passaram a ser dirigidos de modo paternalista pelos sucessivos agentes do Posto. Contra os primeiros reagiram os índios face a maneira coercitiva pela qual eles atuavam, tendo alguns recusado trabalhar e outros fugido para a mata. Todavia, um outro agente, mais acostumado a tratar com índios, conseguiu novamente reunir o grupo e gradativamente foi imprimindo sobre o mesmo aquela orientação paternalista. Somente os dois indivíduos mais velhos (o xamã Nakawé e seu cunhado Tatatian) não se submeteram integralmente a tutela oficial. O segundo tentou assumir uma posição de liderança, agregando ao próprio grupo doméstico alguns rapazes e crianças *órfãs*, as quais, no entanto, acaba-

ram sendo absorvidas por outras famílias do grupo ou de empregados do S.P.I. onde melhores eram as condições de sobrevivência. De qualquer modo, continuou Tatatian fazendo prevalecer sua condição tribal tanto quanto possível, em várias ocasiões.

Em decorrência da acentuada baixa populacional, bem como das sucessivas crises experimentadas e da influência exercida pelo S.P.I., passam os componentes do grupo, em curto espaço de tempo, a experimentar sensíveis mudanças no contexto sócio-cultural. O uso de roupas entre eles tornou-se habitual. A perfuração do lábio inferior e dos lóbulos das orelhas deixou de ser praticada, e apenas o homem mais velho (o xamã Nakawé) continuou usando o batoque labial. As técnicas tribais ficaram restritas aos indivíduos chegados ao Trocará em idade adulta, mas raramente as continuaram aplicando. A comunidade passou a depender em grande parte das mercadorias importadas: arma de fogo, redes, roupas, utensílios de pesca e de cozinha, ferramentas, querosene, fósforo, sal, açúcar etc. As antigas malocas comunais foram substituídas por pequenas habitações, com paredes de palha ou de barro, no estilo regional, com capacidade para abrigar famílias elementares e construídas sob a orientação do agente do Posto. A divisão de trabalho entre os sexos também foi alterada, por influência administrativa: a fabricação de farinha de mandioca que era atribuição feminina, passou a ser feita somente pelos homens; e as mulheres deixaram de conduzir cargas e de cooperar nas atividades complementares de lavoura (plantio e colheita). Os homens adultos, excetuando Tatatian e Nakawé, passaram a ser aplicados nos serviços normais do Posto (sobretudo nas lavouras), juntamente com os braços de S.P.I.. Isso possibilitou a obtenção de um rendimento agrícola satisfatório, mas, em contraposição, começou a verificar-se carência de outros gêneros destinados a subsistência obtidos através da caça, pesca e coleta, pois os índios tornaram-se menos ativos nestas atividades, que só lhes eram permitido exercer fora da rotina de trabalho do Posto. Em vista disso, o próprio agente viu-se

obrigado a pescar diariamente para a comunidade. Por outro lado, após terem conhecido o valor do dinheiro, passaram os índios a demonstrar certo descontentamento porque enquanto os braçais do S.P.I. eram pagos, além da subsistência só recebiam eles outros benefícios quando chegavam suprimentos da 2a. Inspetoria Regional do S.P.I.. Alguns passaram a então a recusar as roupas e calçados usados que as vezes lhes eram oferecidos, e outros o tabaco de molho exigindo cigarros importados. Entretanto, o agente conseguiu ir mantendo a situação sem alterar os critérios estabelecidos. Os casamentos, procurou também o agente submeter, tanto quanto possível, à sua influência não raro em contrário às regras tribais, pois assim que as meninas atingiam a puberdade procurava entregá-las aos rapazes reputados como obedientes e trabalhadores. Os sepultamentos deixaram os índios de realizar no interior das habitações, e passaram a efetuar em pontos afastados da aldeia, em certos casos também por empregados do S.P.I., devido o descaso por aqueles demonstrado para com seus mortos.

De acordo com o que pudemos observar, dentre as práticas e valores tradicionais, persistiram a *couvade* e a crença nos poderes do xamã, inclusive na cura de doenças, apesar da aceitação por todos de tratamento por meio de medicamentos. Também foi mantida a antiga solidariedade entre **tios** e **sobrinhos** (irmão da mãe com filho da irmã), e sobretudo entre irmãos ocorrendo, em consequência, situações conflitantes além das anteriormente mencionadas, inclusive com a própria administração (especialmente quando era envolvido o índio Tatatian), com resultados desfavoráveis naturalmente para aqueles que não possuíam parentes para apoiá-los. De uma feita, havendo Tatatian agredido o cunhado Nakawé, pelo fato de este haver espancado sua irmã, a fim de evitar novas brigas, o agente do Posto conseguiu remover Tatatian com a família (mulher, filho e **enteada** Iranôa, ainda em idade infantil) para o Posto Pucuruí. Porém, dentro de pouco tempo o agente deste Posto, devolveu Tatatian com a mulher e o filho mas reteve Iranôa, a qual passou a criar

no próprio ambiente familiar na qualidade de filha adotiva. Face o modo pelo qual passou a ser criada, assim como pelo que costumava ver e ouvir, foi adquirindo Iranôa uma forte aversão por índios, e costumava esconder-se apavorada quando os Parakanân visitavam o Posto, pois receava ser por eles raptada. Também recusou casar-se com um rapaz de sua mesma origem, embora fosse ele empregado do S.P.I. e tivesse sido criado igualmente fora do meio indígena. Acontece que, após decorridos oito anos (tinha ela cerca de 17 anos), seu pai adotivo deliberou devolvê-la ao Trocará, a fim de que o agente deste Posto lhe desse o destino conveniente, gerando com tal atitude uma situação das mais críticas conforme pode ser verificado pela seguinte comunicação expedida pelo referido agente em maio de 1965 :

A volta da referida índia, tem causado sérias dificuldades tanto à administração como aos próprios índios. Por lei da tribo, o Tatatian que é padraço de Iranôa é o único que assiste o direito de possuí-la e ameaça de represálias a qualquer pretendente índio ou civilizado que aparecer, e ainda pretende tomar atitudes drásticas contra a administração se consentir a índia voltar a cidade ou casar com outro homem a não ser ele. Tenho procurado por todos os meios pacíficos convencer a Iranôa, porém em vão. Disse-me frontalmente por diversas vezes o seguinte: querem que eu me case com índio; e porque me tiraram quando menor do poder de minha mãe? porque não me deixaram criar neste meio? Não caso com Tatatian e nem com índio nenhum, vou me embora para a cidade ou outro lugar qualquer. Para as perguntas não encontro resposta. Eis Sr. Chefe a situação criada pela Iranôa ou não sei por quem. Espero providências de V. Sa. fim possamos voltar a paz e ao trabalho.

O impasse perdurou durante algum tempo, porém Tatatian, com o apoio de alguns parentes, conseguiu conduzir Iranôa à força da sede do Posto para sua maloca, a qual havia construído bem alta sobre esteios, a fim de evitar o acesso de intrusos à mesma, e acabou por torná-la como desejava sua segunda mulher. Em razão do acontecido, lançou Iranôa os sapatos fora, cortou os vestidos muito acima dos joelhos e tornou-se de tal forma desleixada a ponto de ser criticada pelas outras índias.

Ainda na mesma fase, dois rapazes que já viviam no meio regional também retornaram à aldeia, havendo um deles contraído casamento com uma índia do grupo, integrando-se incontinenti no sistema estabelecido pela administração. Porém, o outro havendo permanecido solteiro por falta de mulheres, entrou em atrito com o agente do Posto, pois obstinadamente recusava participar de qualquer trabalho, mesmo para prover a própria subsistência, e passou a viver permanentemente às expensas dos irmãos, os quais nunca lhe recusaram auxílio, apesar de estimulados em contrário pelo agente do Posto. Um terceiro elemento (Manuretewa) filho do famoso líder Koatinemo (posteriormente abatido por um rival na aldeia de Pacajá), tendo sido deixado no Trocará pelo pai ainda menino, sem parentes próximos na aldeia quando se tornou rapaz passou a ser engajado nos serviços do Posto. Entretanto, em razão das críticas que costumava fazer contra o S.P.I., por não receber remuneração pelo serviço que realizava, igualmente os trabalhadores do Posto, após ter sido considerado pelo agente como um elemento nocivo à ordem interna, foi trabalhar como intérprete no Posto Tucuruí, em cujo âmbito também não se adaptou. Desde então passou a perambular entre o Posto Trocará e a cidade de Tucuruí, enfrentando as piores condições de sobrevivência até quando faleceu.

Em 1965, com o retorno daqueles três indivíduos e da chegada de sete *órfãos* oriundos do grupo do Pacajá, somava o grupo do Posto 53, sendo 33 do sexo masculino e 20 do sexo feminino: 21 menores 14 anos (15 h. e 6 m.), 27 de 15 a 34 anos (15 h. e 12 m.) e 5 de 35 a 60 anos (3 h. e 2 m.). Logo no ano seguinte, um outro índio que vivia no meio regional (Puraké) ingressou no grupo e conseguiu persuadir a 18 membros do grupo (entre os quais Nakawé e Tatatian) a mudarem-se para o Pacajá sob sua liderança, a fim de se juntarem aos remanescentes que aí permaneciam. Assim que chegou ao local transferiu Puraké a aldeia do alto para o curso médio do rio, onde incontinenti começou a estabelecer comércio com os regatões, vendendo-lhes peles e carnes de

animais silvestres, maçaranduba, copaíba, breu, adquirindo-lhes não só artigos manufaturados como tabaco, cigarros, bebidas alcoólicas e até farinha face à insuficiência dos roçados. Ao mesmo tempo passou a **arrendar** trechos da área indígena para extração de madeiras, em proveito pessoal. Assim, conseguiu estabelecer um pequeno comércio na aldeia e adquiriu uma aparelhagem sonora que utilizava para promover festas, com a participação de elementos regionais, nas quais eram consumidas bebidas alcoólicas. As desordens entre os índios eram freqüentes, havendo um deles matado a mulher com um tiro de espingarda, segundo informantes, por motivo de ciúme. Tal estado de coisas prolongou-se até 1973 (cerca de 7 anos), quando Puraké pressionado pelos credores, deliberou retornar com o grupo ao Trocará, conduzindo como único bem a volumosa aparelhagem sonora numa exaustiva viagem de 12 dias através da mata. Entre os índios ainda se encontravam Nakawé e Tatatian, mas este somente com a mulher mais velha, pois Iranôa havia casado com outro índio mais novo, com quem já possuía filhos. Apenas Puraké e um outro índio do grupo do Pacajá possuíam duas mulheres.

Assim que retornaram ao Trocará, os índios do Pacajá incorporaram-se imediatamente à comunidade do Posto, a qual, em 1975 totalizava 92 indivíduos (48 sexo masculino e 44 sexo feminino), entre os quais existiam 2 mulheres brasileiras, 1 índia Gavião e 1 índio Tembé (este desde a fase da pacificação) consorciados com elementos do grupo. O antigo agente que, em dois curtos períodos, estivera ausente do Posto havia recentemente reassumido sua direção, porque o último funcionário que o substituíra vinha de ser afastado por imposição dos índios, em razão dos desmandos praticados. Aí permaneceu até falecer 2 anos após, sendo que, de igual modo que nas ocasiões anteriores, pelo que pudemos observar, atuava ele então mais como um membro da comunidade na qualidade de líder do que como administrador oficial. Tinha recentemente designado um dos índios como *capitão* (Kajuangá) na tentativa de possibilitar ao grupo alcançar uma relativa autonomia frente ao Posto, porém de modo geral

continuava ele decidindo as situações. Segundo nos informou, os elementos adultos do grupo quase que diariamente lhe traziam para solucionar casos familiares, embora sem apresentarem a gravidade daqueles ocorridos nos primeiros tempos. O índio Tatatian, já um tanto envelhecido, não mais parecia inclinado a criar problemas para administração e passara a cooperar nos trabalhos de lavoura do Posto, pela primeira vez. O xamã Nakawé continuava prestigiando ao seio do grupo e exercendo plenamente sua função. E o índio Puraké perdera a liderança sobre os índios do Pacajá, levava uma vida independente e pretendia ser transferido para o Posto Pucuruí. Dentre os elementos considerados como mais nocivos para a comunidade, foi principalmente apontado pelo agente o de nome Apiowé, desde longos anos empregado da FUNAI, o qual havia sido recentemente lotado no Posto. Isto porque, além de ser inclinado à prática da violência quando se embriagava, vinha tentando manipular seus parentes no sentido de substituir, na liderança do grupo, o índio Kajuangá designado pela administração, e com qual já tinha entrado em atrito mais de uma vez.

Presentemente, segundo as mais recentes informações pode-se dizer que a situação dos Akuáwa-Asuriní permanece mais ou menos idêntica a anteriormente apresentada, pois os agentes que ultimamente vêm-se reveesando no Posto continuam basicamente aplicando orientação semelhante a do falecido agente, embora menos paternalista. A vida econômica do grupo continua sob supervisão oficial, ocorrendo menos interferência no que respeita as relações internas. A estreita área onde se estabeleceram há cerca de 30 anos, foi ampliada e demarcada, passando a constituir uma reserva com uma superfície de 207 Km² (20.700ha.), porém além de possuir pouca incidência de recursos naturais (ex: castanha, oleaginosas, caça etc.), já se acha cortada pela rodovia Cametá-Tucuruí. Lateralmente, está cercada por pequenas fazendas de gado bovino, tendo sido recentemente desalojado pelos índios de uma das laterais um fazendeiro que antes da demarcação já estaria localizado no seu interior. De qualquer

modo, os excedentes econômicos produzidos pelos componentes do grupo obtidos através da coleta da castanha, caça, pesca, artefatos indígenas e as vezes da lavoura, parecem ter aumentado nos últimos anos, pois, vêm freqüentemente adquirindo através do próprio trabalho, utensílios domésticos, rádios e máquinas de costura, o que antes raramente ocorria.

O dialeto original continuam preservando, mas todos já falam a língua portuguesa, que as mulheres geralmente costumam também aplicar quando falam com os filhos em idade infantil. Em 1961, o lingüista Carl Harrison do Summer Institute of Linguistics iniciou estudos sobre o dialeto Asuriní, os quais foram continuados por intermédio de Robin Solly. Velda Nicholson e Lois Griffin também pertencentes a aludida instituição. Há cerca de 3 anos atuou o Mobral no seio do grupo, porém cedo encerrou suas atividades. Já em 1980, instalou a FUNAI uma escola na aldeia, a qual vem ministrando instrução para menores até 15 anos, aproximadamente. Os índios na maioria são batizados pela igreja católica, porém nenhuma influência religiosa receberam através da mesma. Durante alguns meses estiveram sendo doutrinados por um pastor evangélico de instrução rudimentar, residente nas proximidades da aldeia. Os que passaram a freqüentar o culto aboliram o fumo, mas voltaram ao antigo hábito assim que o aludido pastor foi compelido a interromper suas prédicas por determinação da Delegacia Regional da FUNAI.

A atual população do grupo soma 113 indivíduos, mostrando-se bem equilibrada entre os sexos e classes de idade, como pode ser a seguir verificado: 57 do sexo masculino (32 — 0 a 14 anos, 16 — 15 a 40, 9 — 41 a 60); 56 do sexo feminino (31 — 0 a 14, 15 — 15 a 40, 10 — 41 a 60). Atinge o dobro daquela existente pela metade da década de 1960, quando se iniciava a recuperação do grupo; provavelmente poderá aumentar mais ainda em termos percentuais, devido a assistência sanitária contínua que está recebendo o grupo da FUNAI. Face às acentuadas descaracterizações sofridas no contexto sócio-cultural, conforme escrevemos anteriormente (Arnaud, 1967:67), dificilmente poderão os Akuáwa-Asu-

rini reorganizar-se completamente nos moldes tribais. Mas provavelmente ainda continuarão conservando-se durante muito tempo como uma unidade distinta dos brasileiros da região.

A denominação Parakanân foi aplicada pela primeira vez, em 1910, pelos Arara-Pariri (subgrupo Arara) a índios que os expulsaram do rio Iriuaná, afluente do Pacajá de Portel (Nimuendaju, 1948B:204). Face as indicações posteriormente surgidas, poderiam ser os Parakanân os mesmos índios referidos em meados do século passado como Kupê = índio não Timbira, rop=jaguar, pelos Apinayé, que os costumavam hostilizar, bem como aqueles avistados por Coudreau, em 1897, no "Alto Igarapé Bacuri"; e os que, já no século atual, passaram a visitar pacificamente o Posto do S.P.I. situado à margem do rio Pucuruí (Km 67 da E. Ferro Tocantins) e voltaram incursionar no igarapé Bacuri em 1942 (Ibid.).

Durante longos anos, foram os Parakanân **responsabilizados** pelos ataques que efetuavam os Akuáwa-Asuriní na zona da E. Ferro do Tocantins. Todavia, segundo velhos informantes e relatórios do S.P.I., nas incursões que realizavam objetivando a pilhagem, nunca fizeram vítimas. Sempre encontraram condições para satisfazer seus propósitos, sem alterar sua linha tradicional da conduta, pois costumavam incursionar geralmente fora da safra da castanha, num trecho da estrada francamente povoado e onde se achava instalado o Posto do S.P.I.. Com respeito a uma visita por eles realizada, em junho de 1930, assim expressou-se o encarregado Alípio Itauassu — *Os índios Paracanãs(?) visitaram mais uma vez este Posto, quando lhes foi distribuído... terçados, machados, facas, redes, roupas, farinha, milho e outros objetos...* Mas como eram muitos (100 calculadamente), dentre os quais muitas mulheres e crianças nem todos foram brindados... não contentes numa oportunidade que lhes foi favorável, lançaram mão dos objetos particulares dos trabalhadores do Posto... Apesar disto, portaram-se muito bem, na maior harmonia com os nossos homens mostraram-se muito satisfeitos durante as horas que estiveram conosco" (Arnaud, 1961: 19). Outros contatos semelhantes ocorreram até

1938, quando poderiam ter sido atingidos pela epidemia de sarampo que então grassava na região, pois, segundo velhos informantes, estiveram em contato com empregados do S.P.I. atingidos pela doença.

Os contatos dos Parakanân com o S.P.I. foram restabelecidos em 1953, por intermédio de uma turma de atração acampada a 16 quilômetros da sede do Posto, em circunstâncias semelhantes as dos encontros anteriores. Após ter sido evacuada a turma de atração, passaram os índios a visitar o Posto, uma ou duas vezes anualmente, porém sem mais conduzirem mulheres e crianças. Assim que completavam o saqueamento retiravam-se do local, não acampando nas proximidades.

Em 1970, ao mesmo tempo que se iniciava a abertura da Transamazônica, deliberou a FUNAI efetuar a atração definitiva dos Parakanân, os quais, segundo as indicações obtidas, tinham seus aldeamentos distribuídos entre as cabeceiras do Anapu e Pacajá. Nesse sentido promoveu uma penetração mais profunda na área, por intermédio de duas turmas de atração, permanecendo uma delas estacionada à margem do igarapé Bacuri, sob a direção do sertanista Felipe Santiago, seguindo a outra (sertanistas João Carvalho e Os-mundo dos Anjos) rumo ao centro, orientada pelos vestígios de acampamentos encontrados no interior da mata. Ainda no mesmo ano, a primeira turma foi surpreendida por uma visita de 70 Parakanân (os demais ficaram escondidos no mato) completamente desarmados, os quais, após saquearem o acampamento, internaram-se na mata. Em seguida, a outra turma de atração, após haver estacionado numa área onde antes havia encontrado 3 acampamentos e mais uma grande maloca (53x35m, com *numerous armadores de redes, muita cerâmica, colares de osso e 1 cocar de penas de arara*) foram surpreendidos pela chegada de 100 Parakanân (incluindo mulheres com crianças em tipóias), os quais dançaram com os componentes da turma, apossaram-se de tudo que encontraram e se retiraram. Segundo escreveu o referido sertanista nunca havia encontrado *índios como estes Para-*

kanãs — têm contato, falam e depois somem... (Carvalho, 1971).

Outros contatos semelhantes realizaram os Parakanân com as turmas de atração ao mesmo tempo que incursionavam em vários pontos da estrada, havendo de uma feita saqueado o acampamento da empresa Mendes Junior, de onde conduziram numerosos objetos e roupas pertencentes aos trabalhadores. Após decorridos cerca de 4 meses, é que os Parakanân consentiram que o sertanista Carvalho com mais 7 componentes da turma visitassem a aldeia. Acontece que, no decorrer desses sucessivos contatos, os Parakanân foram adquirindo enfermidades (gripe, malária, disenteria, conjuntivite) morrendo em conseqüência, antes e depois de haver a turma acampado junto a aldeia, de 40 a 50 indivíduos, entre adultos e crianças. Com os remédios que possuía, o chefe da turma procurou iniciar incontinenti o tratamento dos doentes, porém teve de enfrentar sérias dificuldades. De um lado, devido o acúmulo de pessoas numa só habitação (aproximadamente 100), com fogueiras permanentemente acesas, em promiscuidade com cães e outros animais, e defecando em redor e no interior da mesma, onde era grande a proliferação de moscas. De outro, porque a princípio, raramente os índios aceitavam ingerir os remédios que lhes eram oferecidos, e não consentiam que lhes fossem aplicadas injeções. De uma feita várias mulheres chegaram a dizer que os remédios é que estavam matando e não se convenceram com as explicações que lhes foram dadas de que se isso ocorria era porque os doentes não os tomavam de modo conveniente (Ibid.). A partir de quando se acostumaram com as injeções, passaram a exigir que lhes fossem aplicadas somente na veia, por não provocarem dores, argumentando que, se as que eram grandes (p.ex.: o soro) podiam ser assim tomadas porque as outras não (Ibid.). Mas na medida em que foram verificando que os medicamentos proporcionavam a recuperação dos doentes, passaram a exigir que fossem também aplicadas injeções nos mortos para eles voltarem a viver (Ibid.). Uma mulher que ficou completa-

mente cega queria que lhe fossem colocados olhos novos (Ibid.). E de uma feita, o líder de nome Arakitá mandou desenterrar o cadáver de um menino recém-falecido e pediu ao sertanista Carvalho que o fizesse levantar, porém, cobriu novamente a sepultura após o sertanista ter declarado que não tinha poderes para isso, *porque não era pajé* (Ibid.).

Uma vez superada essa fase crítica, a 2a. Delegacia Regional da FUNAI, no sentido de melhor atender o grupo, promoveu por duas vezes sua remoção, acabando por fixá-lo à margem do igarapé Lontra, distante cerca de 16 quilômetros da Transamazônica com acesso na época da cheia através do próprio igarapé e na da seca por um caminho bastante acidentado. Aí encontramos o grupo, em agosto de 1975, com a aldeia situada 800 metros da sede do Posto. Sua população que havia diminuído de 130 para 84, havia aumentado para 92 indivíduos assim distribuídos: 48 sexo masculino (21 — 0 a 14 anos, 12 — 15 a 29, 12 — 30 a 44 e 3 — 45 a 59); 44 sexo feminino (21 — 0 a 14 anos, 14 — 15 a 29, 8 — 30 a 44 e 1 — 45 a 59). Estavam divididos entre 16 famílias elementares sendo 9 poligínicas (3 homens possuíam 3 mulheres e 6 possuíam 2), já ocupando não somente uma, porém três habitações distintas cada qual liderada pelo homem mais velho. Além dessas casas existia mais uma outra onde costumavam efetuar os cerimoniais. No momento o estado dos componentes do grupo apresentava-se satisfatório, embora geralmente estivessem tossindo sobretudo quando no interior das habitações, em conseqüência da fumaça das fogueiras e dos cigarros. A promiscuidade com animais ainda prosseguia, a comida e água eram consumidas indiferentemente por todos, porém as defecações já eram feitas em fossas abertas pelo Posto, ou pelo mato, e não em torno das malocas.

De modo geral, andavam habitualmente vestidos, mas alguns apenas tinham uma só peça de vestuário, que era lavada ocasionalmente. Um dos líderes (Arakitá) possuía uma rede de dormir do tipo *cearense* e fumava cigarros importados. Nas depilações as mulheres haviam substituído o

capim-navalha pela lâmina **gilete**. O sal era habitualmente consumido e, sempre que disponível, também o açúcar e o café. Na caça não mais usavam o arco e a flecha, porém armas de fogo, raramente ainda utilizavam cães e, além das caçadas diurnas, também realizavam ocasionalmente *esperas* noturnas em frente às comedias, conjugando a aplicação da espingarda com a lanterna elétrica. Na pesca, pouco praticada devido a carência de peixes no igarapé, haviam abandonado o uso do timbó por imposição da administração oficial e, além do arco e a flecha, vinham aplicando linhas e anzóis de aço. Na preparação da comida usavam não só utensílios de barro como de alumínio. E nas lavouras, o uso de machados de aço e terçados, que já conheciam quando ainda arredios, aplicavam rotineiramente. O provimento dessas novas necessidades adquiridas lhes ocorria não só através de doações da FUNAI, como também com os resultados auferidos pela venda de artefatos (arcos, flechas, cerâmica) e da castanha-do-pará, realizadas por intermédio da 2a. Delegacia Regional (9).

As técnicas manufactureiras relacionadas a cestaria, cerâmica, artefatos de madeira, tecelagem de algodão e construção de habitações continuavam não só sendo praticadas pelos adultos, como transmitidas aos filhos. A divisão de trabalho entre os sexos permanecia inalterada assim como a rotina de trabalho diário, que ocorria sem interferência da administração oficial. Possuíam vários roçados divididos cada qual por grupos de famílias elementares (pais com filhos, tios com sobrinhos). Antes do sol surgir, os homens costumavam sair para caçar (às vezes em companhia de mulheres) só retornando no fim da tarde, enquanto as mulheres iam realizar colheitas ou extrair lenha, conduzindo os filhos em idade infantil nas tipoiás, isto acontecendo, segundo informantes do Posto, mesmo chovendo torrencialmente.

(9) — Nessa fase os índios do Lontra continuavam pedindo até com certa insistência aquilo que desejavam obter, principalmente roupas, porém, não mais praticavam a pilhagem ou o furto.

Aqueles que permaneciam nas malocas dedicavam-se a confecção de artefatos e à preparação da alimentação (mulheres), sendo que estas, a qualquer hora da noite que acordassem, procuravam ocupação. Periodicamente, ainda iam acampar distante da aldeia para a realização de caçadas, passando vários dias ausentes. Os casamentos continuavam ocorrendo de acordo com a organização tribal. Nenhuma prática xamanística observamos, nem soubemos de algo relacionado a respeito através dos servidores do Posto. Entretanto, os cerimoniais relacionados ao ciclo de trabalho e os enterramentos continuavam realizando de acordo com a tradição.

Enquanto assim acontecia com o grupo do Lontra uma turma de atração operando nas cabeceiras do Anapu, entrou, em 1979, em contato com outro grupo Parakanân, separado do anterior antes da **pacificação** e que, em seguida, havia sofrido outra cisão. O grupo contactado compunha-se de 70 indivíduos, os quais se achavam em situação crítica porque recentemente haviam sido atacados por índios inimigos e logo foram atingidos por enfermidades. Face a essas circunstâncias foram removidos para outro local que teria sido por eles escolhido, onde passaram a ser melhor atendidos pela FUNAI com suprimentos diversos enviados por helicópteros e aviões (Carvalho, 1977). Em seguida, o chefe da turma de atração atendendo à *vontade dos índios que diziam existir no mato muitas doenças* (Ibid), removeu o grupo para a sede do Posto Tucuruí, situado à margem da extinta E. Ferro Tocantins, instalando-o em seguida, no 3º acampamento, situado à margem do rio Pucuruizinho, já reduzido a 29 indivíduos, em consequência de baixas ocasionadas por enfermidades. O outro grupo dissidente, por vez, sofreu um ataque de represália dos Xikrin-Kayapó do rio Bacajá, os quais com armas de fogo mataram 16 dos seus componentes e capturaram 9, havendo os restantes (aproximadamente 40), se internado na mata. Posteriormente, a turma resgatou os 3 prisioneiros sobreviventes, incorporando-os ao grupo instalado no 3º acampamento.

Considerando que, a construção da usina hidroelétrica de Tucuruí, iniciada em 1973, iria provocar a inundação de uma área de 2.160 km² atingindo a rodovia Transamazônica e a reserva Parakanân, com 1.896 km² (Dec. Federal 68.913 de 18/07/71), onde se encontrava o grupo do Lontra, e sobretudo a reserva Tucuruí, com 237 km², ocupada pelo grupo oriundo do Anapu, deliberou a FUNAI efetuar a transferência de ambos os grupos para outra área a ser definida. Com tal propósito, firmou contrato com um antropólogo para atuar na qualidade de coordenador do projeto de transferência, em conexão com a 2a. Delegacia Regional. Acontece que, logo começaram a surgir, desentendimentos entre ele e a 2a. Delegacia Regional, inclusive através da imprensa e de outros meios de divulgação. De um lado, o coordenador do projeto procurou responsabilizar a 2a. Delegacia Regional e a chefia da turma que atraiu o grupo do Lontra, pelas epidemias que atingiram os índios e pela transmissão de doenças venéreas, conforme escreveu Shelton Davis... neste seu bem apropriado **Vítimas do Milagre** (cf. Davis, 1978), e o médico Antônio Medeiros, pertencente à FUNAI (Magalhães, 1981:87). Também acusou a Delegacia de haver atingido a organização social da comunidade do Lontra, transferindo a aldeia para junto da sede do Posto; e por haver substituído a antiga casa comunal por 10 casas *nos moldes caboclos* proibindo a feitura de fogos e o enterramento dos mortos nas novas habitações (Ibid.). Com respeito ao grupo do Anapu, disse que sua transferência constituiu uma *afrenta ao poder de auto-decisão e conseqüente intervenção na organização social da comunidade*, e que o grupo *só aceitou acompanhar a frente de penetração face ao precário estado de saúde em que estava...* (Ibid.). Em contraposição, o Delegado Regional da FUNAI acusou o referido coordenador de cometer *uma série de desmandos* no período que permaneceu na função, pois, além de gastar a verba recebida sem nada realizar, ainda *alienou a última produção de castanha e artesanato indígena que trouxe para Belém e não pagou os índios, e também contraiu diversos débitos...* sem

autorização da FUNAI (Delegado da FUNAI... 1977). O sertanista João Carvalho, por sua vez, nos declarou que, as enfermidades contraídas pelos índios do Lontra, começaram a ocorrer quando ainda não estavam eles sob o controle da turma de atração e visitavam-na de modo intermitente apenas para saquear, assim como o faziam nos acampamentos dos trabalhadores que operavam na Transamazônica.

A respeito do grupo Anapu, confirmando o que já haviam relatado os sertanistas Genésio e Gerson Carvalho (Carvalho, 1977), nos declarou João Carvalho terem sido os próprios índios que pediram para serem transferidos, pois além de doentes, temiam ser novamente atacados pelo grupo inimigo. Quanto à mudança da aldeia do grupo do Lontra para junto da sede do Posto e a introdução de um novo tipo de habitação, isso foi considerado pela direção do setor sanitário da 2a. Delegacia da FUNAI como benéfico para a melhoria da saúde dos índios, uma vez que, desde quando a mudança ocorreu, as enfermidades diminuíram e o grupo começou a apresentar aumento populacional.

Não tendo sido então efetuada a remoção dos Parakanân houve por bem efetuar a FUNAI com tal propósito, em fins de 1980, na sede da ELETRONORTE (Tucuruí - Pará) o I Encontro Parakanân com a participação de antropólogos, sertanistas, médicos, economistas e militares. Foram organizadas cinco comissões distintas (I — Relocação das sedes, II — Economia, III — Educação, IV — Saúde, V — Recuperação), as quais em instância final apresentaram várias recomendações no sentido de ser essa remoção levada a bom termo. Paralelamente, seis antropólogos (Lux Vidal, Silvío Coelho, Cecília Helm, Anelise Nacke, Antônio Magalhães e Olímpio Serra), apresentaram um documento *sobre a questão das barragens*, propondo em linhas gerais o seguinte: reconhecimento dos direitos inalienáveis dos indígenas sobre as áreas que ocupavam e indenização justa das terras atingidas; reivindicação para as populações transferidas, em razão disso, do direito de participarem de uma alíquota sobre o potencia!

de energia gerada, visando garantir a sobrevivência das futuras gerações. No caso dos Parakanân, foi recomendado que se organizassem ações através de convênios para resguardar os interesses do grupo; e que, na localização das novas aldeias, fosse levado em conta a *vontade expressa dos índios* transferindo o grupo do Pucuruí para o igarapé Cajazeiras e o Lontra para o igarapé Murici, sem redução da área da reserva proposta no Projeto Parakanân de 1978.

Estas e outras sugestões apresentadas no referido **Encontro**... pelo que sabemos, de modo geral não estão sendo utilizadas na elaboração dos programas oficiais, contudo, várias providências já vêm ocorrendo a respeito do caso. A reserva proposta, em 1978, com uma superfície de 2.700 km², de acordo com estudos efetuados pela FUNAI e GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), deverá ser ampliada para 3.200 km² após a remoção dos posseiros existentes no seu interior para outra área (300 MILHÕES pela madeira..., 1982). E com parte dos recursos a serem recebidos da CAPEMI, pela extração de madeira da reserva do Posto Pucuruí, a ser inundada pela represa, pretende a FUNAI desenvolver um projeto *sócio-econômico* em benefício dos Parakanân (Ibid.).

O grupo do Lontra, faz aproximadamente um ano que retornou para o antigo *habitat* encontrando-se atualmente aldeado à margem do igarapé Andorinha, novamente em grandes malocas construídas no estilo tradicional, sob a assistência de um Posto Indígena. Todavia, pretende a FUNAI removê-lo para um outro ponto, mais distante da Transamazônica, considerando que, anteriormente, *muitos chegaram, logo após o contato, a contrair doenças venéreas transmitidas pelos civilizados* (Ibid.). Apesar das situações negativas experimentadas, puderam seus componentes manter uma relativa autonomia, bem como grande parte de seus padrões sócio-culturais. Sua população que, logo após os primeiros contatos com as turmas da FUNAI, reduziu-se quase a metade, já se aproxima daquela então existente, pois soma 128 indivíduos, assim dis-

tribuídos: 59 do sexo masculino (31 — 0 a 14 anos, 26 — 15 a 39, 2 — 40 a 60) e 69 do sexo feminino (38 — 0 a 14 anos, 26 — 15 a 39, 5 — 40 a 60). O grupo do Anapu tendo sido mais acentuadamente depopulado e sofrido bruscas transferências, acabou por ficar quase totalmente sobrevivendo em razão da assistência governamental. Acaba de ser relocado para o **Poção dos Caboclos** (rio do Meio), na região Cajazeiras, situado mais longe da Transamazônica que o igarapé Andorinha, mas não tão longe da área onde já se acham instalados numerosos posseiros. Sua população cresceu ligeiramente nos últimos cinco anos, mas ainda não possui número suficiente de indivíduos economicamente ativos; totaliza 38, sendo 20 do sexo masculino (11 de 0 a 14 anos, 7 — 15 a 39, 2 — 40 a 60), e 18 do sexo feminino (8 — 0 a 14 anos, 8 — 15 a 39, 2 — 40 a 60). O grupo ainda arredio que, após haver se separado do anterior e sido desbaratado pelos Xikrín, do Bacajá, caminhou para o sudoeste da região. Segundo observações feitas pelo sertanista Fiorello Parise, encontra-se no momento acampado entre os rios S. Sebastião (ou S. José) e Sto. Antônio, no Município de S. Felix do Xingu (calculadamente 50 indivíduos), imprensado de um lado pelos Xikrín e de outro pelo projeto de colonização Andrade Gutierrez e várias fazendas de gado, uma das quais vem de saquear, mas sem causar mortes. Tão logo consiga realizar sua atração, pretende a 2a. Delegacia da FUNAI removê-lo para a Cajazeiras no sentido de reuni-lo ao grupo de origem. Assim acontecendo, após vários deslocamentos, poderão os Parakanân cuja existência é conhecida, encontrar-se talvez definitivamente localizados numa única área, em dois grupamentos distintos tal como anteriormente, referidos sob as denominações de *Tapiipi* (igarapé Andorinha) e *Apuiterewa* (Cajazeiras) (cf. Magalhães, 1981 : 91). Uma aproximação entre ambos, sob uma ação oficial eficiente e contínua, acreditamos que lhes poderia ser benéfica, tanto no que respeita a sobrevivência como a conservação e o fortalecimento da identidade e das tradições tribais.

Os índios hoje conhecidos como Suruí-Mudjetíre ⁽¹⁰⁾, foram primeiramente referidos por frei Antônio Sala do seguinte modo: *Sororós* — raça ainda não identificada, meio bravos, vivem pelas cabeceiras do rio Sororó, afluente direito do Itacaiúnas, defronte da povoação de Santa Isabel (Laraia & Matta, 1967:29). Em seguida, passaram a ser conhecidos pela denominação de Mudjetíre, aplicada pelos Kayapó que os costumavam hostilizar. O designativo Suruí começou a lhes ser atribuído através da literatura etnográfica, a partir da década de 1960 (Cf. Laraia, 1963:71).

A primeira tentativa para a atração dos Suruí-Mudjetíre foi realizada, em 1953, pelo missionário dominicano frei Gil Gomes, o qual realizou com eles outros contatos posteriores, porém, só por volta de 1960, lhe permitiram pernoitar na aldeia (Laraia & Matta, 1967: 29-30). Em 1957, haviam tentado os Suruí-Mudjetíre uma aproximação com extratores de castanha, mas foram repelidos à bala, havendo morrido um índio e três outros ficaram feridos (Ibid.: 30). Entretanto, logo em seguida, aproveitando-se da situação crítica que atravessava o grupo, agravada pela morte do líder e de outros homens idosos, um elemento regional, após captar-lhes a confiança, "graças também a companhia de 2 mulheres Karajá" (uma cedeu a um homem Suruí), assumiu uma posição de liderança no seio do grupo (Ibid.). Aproveitando-se da situação, transformou os homens do grupo em **caçadores de peles** e introduziu em suas terras mais 25 caçadores, os quais lhes substituíram as mulheres, devastaram-lhes as roças e proporcionaram-lhes uma epidemia de gripe que os reduziu de 100 para 40 indivíduos (Ibid.: 29-30). Além disso, o referido líder modificou-lhes a indumentária, e introduziu na aldeia um novo tipo de habitação, nos moldes regionais,

(10) — De igual modo como ocorre com os Urubu-Kaapor e os Akuáwa-Asur'ni, o termo composto Suruí-Mudjetíre parece melhor identificar o grupo do que unicamente o primeiro, considerando-se que o último (designação de origem Kayapó), foi o originariamente aplicado na literatura etnológica. Também porque pode distingui-lo melhor do outro grupo denominado Suruí (Tupi-Mcndé), situado em Rondônia.

para abrigar apenas uma família elementar (ibid.). Face a depopulação sofrida (um processo antes experimentado nas lutas infra e inter tribais), que então atingiu sobretudo o sexo feminino, procuraram os Suruí-Mudjetire contornar a situação através de *arranjos poliândricos*, passando as mulheres a manter com outro homem (*Amutehéa*) relações sexuais na ausência do marido e *até mesmo com sua presença na aldeia* (Laraia, 1963:72).

Em setembro de 1960, munido de um mandato do S.P.I. conseguiu frei Gil expulsar aqueles intrusos, iniciando deste então a recuperação do grupo. Em julho de 1971, existiam na aldeia 50 indivíduos distribuídos em 10 casas (17 homens, 15 mulheres e 18 crianças), ainda assistidos pelo citado missionário, com recursos alcançados através de donativos recebidos da Prelazia e de várias pessoas (principalmente de São Paulo) inclusive do Dr. João Paulo Vieira Filho, o qual, desde quatro anos, vinha proporcionando assistência médica não só aos Mudjetire como aos Xikrin e Gaviões. Já existia na aldeia um pequeno campo de pouso (600 x 12m), mas o acesso normal à mesma verificava-se via terrestre, através da Transamazônica até S. Domingos do Araguaia e, daí em diante, em *lombo de burro* — um dia de viagem pela floresta. Face a insuficiência da área de que dispunham não vinham tendo os Suruí-Mudjetire condições para proverem as novas necessidades adquiridas; e também porque o castanhal existente, com possibilidade para produzir aproximadamente 500 hectolitros, por carência de transporte era arrendado a particulares por apenas dois mil cruzeiros.

Ainda pela década de 1960, conduziu frei Gil para serem educados fora da aldeia os meninos **órfãos** Tibakou e Timeré (irmãos) e as meninas Upireme e Tewery. Tibakou passou entre 1963 - 66 estudando num colégio de São Paulo e, quando retornou, já pouco recordava o dialeto tradicional, demonstrava ter medo do mato e não se adaptou aos trabalhos de lavoura (Queiroz, 1976: 12 - 24). Influenciado por frei Gil, casou Tibakou, em 1967, com Tewery que havia retornado dum colégio de Minas Gerais, embora esse casamento

contrariasse as normas tribais (Ibid.: 125). No ano seguinte enviou frei Gil o casal para São Paulo onde o padrinho de Tibakou lhe conseguiu um emprego. Aí tiveram dois filhos, porém por insistência da mulher retornaram para a aldeia. Assim que chegou, não mais participou Tibakou das danças tradicionais e identificava-se como índio, apenas no caso de defesa do território indígena, em oposição aos fazendeiros; mas embora falasse sobre suas experiências como *civilizado*, parecia ter nítida consciência de não reunir condições para fixar-se num centro urbano, o que o tornava amargurado (Ibid.: 120). Os índios na maioria não o encaravam mais com simpatia e também a seu irmão Timeré, mas em razão da experiência e instrução adquirida acabou ele por assumir a direção dos *negócios* da comunidade. Acontece que, como procurava beneficiar-se em detrimento dos demais, acabou por perder essa posição, transferindo-se em seguida com a família para o meio regional.

Em decorrência das sucessivas situações negativas sofridas através dos contatos externos foram os Suruí-Mudjetire criando uma forte aversão pelos *civilizados*. Na luta pela posse da terra, atemorizavam tanto quanto possível os invasores, havendo certa ocasião se dirigido para onde os mesmos se encontravam, e o índio *Arekachou* (despido e pintado) passou a gesticular e a gritar na própria língua expressões que os outros índios que o acompanhavam iam reproduzindo em português do seguinte modo: *Ele é índio bravo e tem muito índio bravo para matar os Kamará que estão na nossa terra* (Queiroz, 1980: 95). Os guerrilheiros que operavam no Tocantins e Araguaia em 1972-73, com quem só tiveram prejuízos nos contatos, passaram a reputar pela pior forma chamando-lhes *Kamará-punura*, e após terem sido os mesmos derrotados ainda continuavam os Suruí atemorizados (Ibid.: 91).

A partir de quando a FUNAI instalou um Posto junto à aldeia começaram os Suruí-Mudjetire a tratar geralmente de modo hostil quase todos seus funcionários. Por exemplo, um agente enviado em 1975, para substituir o que aí se encontrava apoiando as reivindicações indígenas na disputa de

terra com os fazendeiros, tendo se mostrado *inseguro e desorientado* acabou por ser expulso da aldeia (Ibid.: 92). Em 1977, conforme ouvimos, a Delegacia Regional enviou uma diligência à aldeia, porque os índios haviam ameaçado matar o agente do Posto (no momento ausente), tendo os componentes da diligência sido interceptados no caminho por 15 índios armados os quais declararam pretender matá-los, pois, *não gostavam deles*, e só com muito custo pôde o chefe da diligência apaziguá-los. Fatos semelhantes se repetiram sendo que, um dos últimos agentes do Posto, segundo nos informou, nos primeiros tempos de permanência no Posto, constantemente lhe diziam os índios que, *o pessoal da FUNAI não prestava e os de São Paulo eram bons*, e várias vezes o convidaram para deixar o local.

Os Suruí-Mudjetire continuam falando o dialeto tradicional, mas todos se expressam também no português. Os homens deixaram de fazer a perfuração labial. Os mais velhos continuam fabricando cestos, arcos e flechas, e as mulheres redes de dormir, porém, mais para a venda que para uso próprio. A cerâmica desde vários anos deixaram as mulheres de confeccionar, pretextando que no ambiente em que habitam não existe material adequado. Na fabricação da farinha vêm utilizando fornos de ferro, prensa de madeira e raladores (caititus) desde quando eram assistidos por frei Gil Gomes. Existe na aldeia 20 burros que são aplicados no transporte da carga e 13 cabeças de gado vacum cuja criação foi iniciada na fase do convênio USP-FUNAI. De modo geral continuam praticando a *couvade*. Os clãs ainda perduram, porém a única função corporativa aparente é a relacionada ao casamento, a cremos em informantes do grupo. O *velho chefe nada mais resolve*, aparecendo presentemente como a figura mais evidente do grupo o índio Timaré (irmão de Tibakou), o qual sob a supervisão do agente do Posto administra as operações de compra e venda relacionadas aos excedentes econômicos.

Presentemente, a população do grupo está quase atingindo o total existente na época dos primeiros contatos com

os regionais. Soma 93 indivíduos sendo 45 do sexo masculino (24 — 0 a 14 anos, 14 — 15 a 39, 5 — 40 a 59 e 2 — acima de 60) e 48 sexo feminino (27 — 0 a 14 anos, 19 — 15 a 39, 1 — 40 a 59 e 1 acima de 60). Essa população ocupa uma área de 300 km², já demarcada, mas que não satisfaz plenamente suas necessidades, pois a caça é muito rara devido a área estar cercada por fazendas de gado, sendo também raríssimo o peixe existente nos cursos d'água. O castanhal que poderia produzir 1.000 hectolitros, quando muito vem atingindo 500, e com a participação de castanheiros regionais, pois somente 14 homens do grupo acham-se em condições de trabalhar no mister. Em 1976, quando ocorreu o projeto comunitário Gavião-Suruí, havendo a produção dos Suruí sido deficitária, recusaram-se os Gaviões continuar mantendo o convênio. A carência de terras constitui no momento o principal problema com que se defrontam os Suruí-Mudjetire. De qualquer modo persistem eles, sem qualquer sinal de apatia, lutando pela sobrevivência como grupo social.

Os Asuriní do Xingu (do Yuruna, Asoréni=vermelho, etc. — Nimuendaju, 1948A: 225; Cakiwê = autodeterminação — Lukesch, 1976: 41), começaram a ser notados desde o final do século passado, à margem do Xingu, pela forma como procuravam manter a integridade do seu território, em oposição às frentes regionais. Tinham como principais inimigos, no meio indígena, os Tucayapé, os Arara e os Jurúna (Arnaud, 1978: 4-5). Sua localização mais antiga na região poderia ter sido o Bacajá, de onde se deslocaram por *pressão dos Kayapó-Xikrin, primeiro ao Piranhaquara e deste ao Ipixuna* (Ribeiro, 1981A: 1). Pela década de 1930, foram desbaratados pelos Kayapó-Gorotire (Nimuendaju, 1948A: 225); e em 1966, voltaram os Xikrin a hostilizá-los *incentivados por elementos inescrupulosos*, causando-lhes elevadas baixas e incendiando em seguida a aldeia (Soares, 1976: 13). Logo após, em data não verificada, retornaram ao Piaçaba por terem sido expulsos do Ipixuna pelos Araweté, os quais, por sua vez, estavam sendo atacados pelos Xikrin e Parakanân

(Ribeiro, 1981A: 1). Seus antigos contatos com extratores de borracha e, mais recentemente, com caçadores de felinos (gateiros), nunca foram bem esclarecidos. Entretanto, segundo informantes do grupo, no *beiradão do Xingu sofreram homicídios praticados por moradores brancos, aterrorizados pelo roubo de suas roças pelos Asuriní, sendo, os mortos... castrados, decapitados e cortados seus pés e mãos, deixando-se seus cadáveres como pastos de abutres* (Ibid.: 2).

Os Asuriní passaram a ter relações permanentes com a sociedade nacional, especialmente com a FUNAI, a partir das visitas realizadas à aldeia por Anton e Karl Lukesch, em maio de 1971 (cf. Lukesch, 1976); e logo em seguida, pelo sertanista Antonio Cotrim, em junho de 1971. Por ocasião da primeira visita foram conferidos 77 indivíduos (30h., 41m. e 6 crianças — 3 h. e 3 m. os quais apresentavam bom estado de saúde (apenas 3 casos de febre), possivelmente devido a *higiene que era excelente*: banhavam-se pelo menos 1 vez no dia, as habitações e as aldeias eram conservadas limpas, não se avistando excrementos e outros detritos no pátio da aldeia (Ibid.: 23-31). Tomando como base o tamanho de uma maloca recém construída e as informações obtidas, poderiam existir numerosos outros índios na mata ou pelo menos em distantes roçados (Ibid.: 24). Por ocasião da segunda visita existiam ainda 76 indivíduos (36 do sexo masculino e 40 do sexo feminino), os quais mostravam uma acentuada maioria nas classes etárias mais velhas: 10 de 0 a 14 anos (4 h. e 6 m.), 11 de 15 a 24 (5 h. e 6 m.) 9 de 21 a 34 (2 h. e 7 m.) 17 de 35 a 44 (10 h. e 7 m.), 21 de 45 a 59 (11 h. e 10 m.) e 8 de 60 em diante (4 h. e 4m.) (Soares, 1971: 11). Acontece que o grupo foi então atingido por uma *violenta epidemia de gripe e malária, resultando 13 mortos e um longo período de convalescência...* (Ibid.:6).

No Ipixuna, os Asuriní cultivavam 76 variedades de plantas, mas devido a retirada precipitada que efetuaram quando foram atacados pelos Araweté, só conduziram 46, e destas estão cultivando apenas 11; através da FUNAI, aprenderam

a cultivar a melancia e o amendoim, e a *consumir o açai e a bacaba* (Ribeiro, 1981A: 10-11). Continuam fazendo grandes roças, sendo que, a de 1981, media *38 hectares, ou seja, 2,8 hectares por mulher-homem/ano de área lavrada* (Ibid.: 12). As antigas técnicas tribais relacionadas a construção de habitações, indumentária, cerâmica, fiação de algodão, cestaria etc. continuam mantendo: e aprenderem a confeccionar canoas com os empregados do Posto, no modelo regional, as quais entretanto, pintam com os mesmos desenhos que aplicam na própria pintura corporal (Ibid.: 9). Na pesca aprenderam a aplicar linhas e anzóis de aço, mas continuam usando o timbó. Na caça o arco e a flecha substituíram por armas de fogo; e ao contrário do que observou Lukesch (1976: 47), atualmente possuem numerosos cães que aplicam nessa atividade (Ribeiro, 1981A: 20). Conservam a antiga divisão de trabalho entre os sexos; e ironizam os Araweté, porque os homens realizam atividades que entre eles (Asuriní) são executadas por mulheres. Os casamentos não são duradouros, devido existirem na aldeia mais mulheres que homens; e o antigo casamento ideal de uma mulher com um homem jovem e outro idoso, sendo a concepção atribuída a ambos deixou de ocorrer (Ibid.: 6-19). A chefia apresenta-se *difusa*. A prática do aborto continua de modo tão ou mais acentuado como na fase que o grupo foi contactado. E o xamanismo perdura igualmente de modo exaustivo *mobilizando-os por um tempo demasiado longo numa atividade improdutiva*, embora possa ser de relevância para o *congraçamento, integração e o reforço do ethos tribal* (Ibid.: 8).

A população Asuriní decresceu em dez anos aproximadamente 30%, não havendo se verificado nenhum nascimento em 1981 e 1982. Nos dias que decorrem totaliza 53 indivíduos assim distribuídos: 19 sexo masculino (1 — 0 a 14 anos, 12 — 15 a 39, 4 — 40 a 59 e 2 a partir de 60) e 34 sexo feminino (6 — 0 a 14 anos, 18 — 15 a 39, 8 — 40 a 59 e 2 a partir de 60). Conforme acentua Ribeiro (Ibid.: 5) acha-se a comunidade Asuriní *desestruturada, enferma, de-*

solada, possuída de forte sentimento de derrota (11). A área onde se acha situado o grupo (reserva Koatinemo) tem uma superfície de 787 Km², não tendo sido ainda aprovada a delimitação de uma outra reserva de mais amplas dimensões (11.500 Km²) abrangendo as terras onde se acham os Xikrín e os Araweté. A região deverá ser inundada, em parte, desde que ocorra a construção da hidroelétrica de Altamira, já planejada; e poderá ser cortada por uma rodovia, ligando a referida cidade a BR-22, às proximidades da serra dos Carajás.

Os Araweté (Awaté, Arawába) (12), assim como os Asuriní, teriam sua mais antiga localização nas cabeceiras do rio Bacajá, onde foram encontrados vestígios de aldeias, peças de cerâmica, machados de pedra e outros utensílios identificados como a eles pertencentes (Arnaud, 1978: 6). Com respeito a hipótese aventada de que, remotamente, seriam uma das divisões dos Urubu-Kaapor (Ibid.), nenhum outro esclarecimento pudemos obter. Do Bacajá mudaram-se os Araweté para as proximidades dos igarapés Bom Jardim e Jatobá (afluente do Xingu) devido as hostilidades sofridas dos Xikrín e dos *Marakareti* (Parakanân), estes apontados como seus mais tradicionais inimigos; e por fim, deslocaram-se para o médio Ipixuna de onde desalojaram os Asuriní. Em junho de 1970, o artista australiano David Willy

(11) — Ainda Ribeiro (1981A : 8) escreve que, *numa comunidade minada pela tuberculose* como a Asuriní, a *pajelança prolongada e exaustiva* em que se empenha e sobretudo o *esforço sobrehumano dos pajés para entrar em transe a ponto de perderem os sentidos* pode ser fatal. Segundo os dados que obtivemos na 2ª Delegacia Regional da FUNAI, em 1976, existiam na aldeia 9 índios tuberculosos, dentre os quais 2 morreram, porém, os demais foram curados. No momento não existe nenhum caso da doença, constatado.

(12) — Araweté ou Awaté = gente verdadeira ou de verdade, é referida como autodenominação (Carvalho, 1977; Müller, 1980 : 27-28). Arawara = "aqueles que usam pena de Arara" é o termo aplicado pelos Asuriní do Xingu (Ibid.: 31). Estes últimos e os Urubu-Kaapor (assim falou um índio do grupo que esteve no PI Koatinemo) os chamam igualmente *Tsiro'tsingi* = "os das penas de arara e das saias brancas" (Ribeiro, 1981B : 5).

encontrou no Ipixuna 13 índios do grupo (inclusive uma mulher carregando 3 crianças), os quais supunha-se ainda serem Asuriní (Solly, 1970). Logo em seguida (mês de outubro) o sertanista Cotrim também entrou em contato com 9 índios no mesmo rio; entretanto, já no ano seguinte é que, após a visita realizada pelo aludido sertanista à aldeia do Piaçaba, pôde ser constatado serem eles índios distintos dos Asuriní.

Não possuímos referências sobre possíveis choques dos Araweté com extratores de borracha ou de castanha-do-pará. Com os **gateiros**, seus primeiros encontros teriam resultado em algumas mortes para ambos os lados. Porém, a partir de 1967, tais encontros tornaram-se amigáveis, porque os **gateiros**, estimulados pelos patrões, começaram a proporcionar-lhes presentes, sobretudo de ferramentas, por ser o que eles mais desejavam (Arnaud, 1978: 15). Em novembro de 1973, uma turma da FUNAI efetuou outro encontro com "11 homens e 1 mulher com sua filha pequena", num ponto distante cerca de 6 dias da embocadura do Ipixuna, viajando de canoa a remo (Alves, 1973). Em seguida (1974), no local de uma antiga aldeia Asuriní, instalou a FUNAI um Posto e plantou *uma grande roça de arroz, mandioca, milho, mamão e outras árvores frutíferas e muita banana* (Ribeiro, 1981B: 3). Os Araweté continuaram arredios e foram novamente avistados em 1976, pelo sertanista Carvalho, em número de 50, no lugar São Miguel, entre Jatobá e Bom Jardim (*beiradão* do Xingu) junto a um roçado de milho e mandioca. Haviam descido em conseqüência de um ataque sofrido dos Parakanân, estando todos *famintos e magros, inclusive crianças, sem condições de viajar devido o estado de fraqueza* (Carvalho, 1977). Acontece que, logo em seguida, o sertanista Alves, com o propósito de *melhor assisti-los, conseguiu convencê-los a viajar até aquele Posto numa caminhada de 22 dias varando a mata*, havendo chegado no local apenas 27 indivíduos (Ribeiro, 1981B: 3-4). Quatro meses mais tarde, efetuou o sertanista Carvalho contato com 44 Araweté, os quais na maioria apresentavam sintomas evidentes de

malária, com inflamações oculares (3 índias estavam cegas do olho esquerdo) e com escabiose (Arnaud, 1978: 17). Em conseqüência das enfermidades e fome, sofreram eles numerosas baixas, tendo sido encontrados pelos caminhos 46 cadáveres somente de adultos (Ibid.). As dificuldades encontradas pelo aludido sertanista no tratamento das enfermidades foram semelhantes àquelas ocorridas entre os Parakanân, pois os doentes só depois de muita persuasão é que aceitavam os medicamentos. Ainda em 1976 e, logo depois, em 1977, quando já se achavam assistidos permanentemente pela FUNAI, sofreram os Araweté mais dois ataques dos Parakanân, ocorrendo no primeiro 10 mortes e o rapto de uma mulher que, mais tarde, conseguiu retornar à aldeia com a cabeça raspada (Ribeiro, 1981B: 4).

Presentemente, além de machados e de terçados, que conheciam antes da **pacificação**, utilizam fornos de ferro e prensas de madeira, na fabricação da farinha. As habitações começam construir de taipa no estilo regional; a carne do veado que não consumiam, assim como os Asuriní, já o fazem por influência dos empregados do Posto; na pesca continuam usando o arco e a flecha, assim como o timbó, mas igualmente pescam com linhas e anzóis de aço, inclusive crianças de ambos os sexos; e na caça, embora 10 homens já saibam manejar a espingarda, ainda não a utilizam constantemente, talvez porque, costumam aplicar na alimentação, sobretudo o tatu e o jaboti, que são animais capturados através da *coleta* (Ribeiro, 1981B: 13-14). Perduram as práticas relacionadas ao ciclo de vida, cerimoniais e xamanismo.

Em 1977, após a acentuada baixa populacional sofrida, somavam os Araweté 119 indivíduos; sendo 59 do sexo masculino e 60 do sexo feminino. Atualmente existe na aldeia 135 indivíduos, sendo 61 do sexo masculino (22 — 0 a 14 anos, 33 — 15 a 39, 4 — 40 a 59 e 2 a partir de 60) e 74 do sexo feminino (35 — 0 a 14 anos, 29 — 15 a 39,8 — 40 a 59 e 2 a partir de 60). Conforme Ribeiro (Ibid.: 7) a população do grupo se acha em plena ascensão, com uma taxa

de fertilidade *das mais altas registradas entre grupos indígenas com pouco tempo de contato — 5 a 6 filhos por mulher adulta*. Em janeiro deste ano, foi verificado na aldeia um consumo de medicamentos baixíssimo, mostrando as crianças *uma saúde orai excelente com um C.P.I. quase zero* (Silva Filho, 1982). Ainda Ribeiro (1981B: 28) diz que ao contrário da *melancolia e derrotismo dos Asuriní*, mostram os Araweté possibilidades de um futuro promissor, o que pode ser visto *pela alegria barulhenta e buliçosa das crianças e a cordialidade e o otimismo de todos*. Com respeito a ocupação das terras, sua situação é idêntica a dos Asuriní.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi apresentado neste trabalho, pode-se dizer que, entre os indígenas focalizados, os Akuáwa-Asuriní, os Suruí-Mudjetire e os Parakanân, parecem mostrar mais afinidade entre si, tanto nos dialetos como em vários aspectos da cultura e da organização social. Os Asuriní do Xingu, são os que possuem os padrões da cultura material mais requintados e diversificados que os demais, ao mesmo tempo que apresentam um ritual xamanístico de extrema complexidade provavelmente não exibido por outros grupos indígenas de origem Tupí, conhecidos na atualidade. E os Araweté, cuja presença na região foi constatada já bem recentemente (1971), apresentam-se mais diferenciados dos outros grupos referidos, sobretudo na língua, a qual mostra-se bem mais próxima da dos Urubu-Kaapor (rio Gurupi, Maranhão).

Como vimos inicialmente, os índios em apreciação dispuseram durante largos anos de um vasto território, com abundantes meios de subsistência, fracamente penetrado pelas frentes de expansão nacional. No entanto, provavelmente em decorrência das constantes lutas armadas inter e extra tribais, bem como de epidemias contraídas nos ocasionais contatos amistosos com as referidas frentes e postos do S.P.I., quando começaram a ter relações permanen-

tes com o órgão protetor já apresentavam contingentes populacionais bem mais inferiores que aqueles geralmente presumidos.

Após terem sido **pacificados**, situações as mais negativas passaram a sofrer desde a fase do extinto S.P.I. até a atual Fundação Nacional do Índio. Em ambas as fases, como vimos, foram atingidos por epidemias, somente que, nesta última, as recuperações, populacionais tem ocorrido menos demoradamente do que antes, devido sobretudo os maiores recursos de que dispõe a FUNAI. As programações postas em práticas pelo citado órgão também não vêm possibilitando aos grupos indígenas em questão atingir uma integração *progressiva e harmônica* na comunhão nacional, consoante está expresso no Estatuto do Índio. De modo geral tiveram eles de reformular seus valores e sistemas sociais em razão das depopulações sofridas, perderam várias de suas técnicas tradicionais e plantas que cultivavam, e foram prematuramente obrigados a adotar novos implementos, utensílios e hábitos alimentares. Por outro lado, alguns elementos jovens dos grupos mais duramente atingidos (Akuáwa-Asuriní e Suruí-Mudjetire), tendo sido mal conduzidos no processo educacional ou desviados do próprio meio por outras circunstâncias, acabaram por ser marginalizados como os índios Tibakou e Manuretewa e/ou abandonados à própria sorte, como a índia Iranôa, a qual chegou a uma situação extremamente crítica e lastimosa.

No momento atual, quando os mencionados grupos (com exceção do Asuriní do Xingu) já começam a apresentar melhores índices populacionais, o problema mais premente para ser solucionado, parece consistir numa melhor definição das reservas de terras, devido sobretudo se acharem numa região que, ao contrário de antigamente, vem sendo intensamente penetrada por novas frentes de colonização e onde se iniciam também amplos programas industriais (Carajás, hidroelétricas etc.). Por ocasião do I Encontro Parakanân (Dezembro de 1980), sugerimos que fossem iniciados estudos para a criação de um Parque Indígena Tupí, (a semelhan-

ça do Parque Indígena do Xingu) destinado aos índios em apreciação, onde pudessem ser melhor conduzidos no processo de integração a que estão sendo submetidos, através de uma ação oficial eficiente e contínua, orientada cientificamente, inclusive com respeito a uma ocupação mais racional e efetiva da área que lhes for destinada. E mais recentemente, (Ribeiro, 1981A: 2) entre outras proposições vem de sugerir uma aproximação dos Asuriní com os Araweté e mesmo com os Parakanân, *para permitir o estabelecimento de um canal de comunicação com visitas e futuras uniões férteis entre os membros das três tribos*. No momento em que recursos substanciais pretende-se aplicar entre os grupos indígenas atingidos pelo Projeto Carajás, talvez fosse oportuno que tais sugestões fossem apreciadas pelo órgão de assistência oficial.

S U M M A R Y

This work focuses on the indian groups Akuáwa-Asuriní (Trocará River Tocantins Region), Parakanân (Tucuruí, Tocantins) Suruí-Mudje(tíre (Sororozinho, Tocantins), Asuriní do Xingu (Piaçaba, Xingu) Araweté (Ipixuna, Xingu). Here presented geographical aspects of the region, the penetration of national fronts of expansion, and the impact of construction of the Transamazônian and Cuiabá - Santarém highways, as well as the effect of the Tucuruí hydroelectric project. The work also presents historical references about these indian groups, comparison of the cultural patterns, information about their contacts with the national fronts of expansion, their relationship with the Indian Affairs Agencies of Brazil (S.P.I. and FUNAI), and the changes which have happened through these contacts.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano

- 1963 — *Capítulos da história colonial (1500-1800) & Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5ª ed., Brasília, Ed. Univ. Brasília, 402 p.

ALVES, Raimundo

- 1973 — "*Relatório da frente de atração do igarapé Ipixuna. 10 de Dezembro de 1973*". Altamira. 5 p. (Inédito).

ARNAUD, Expedito

- 1961 — Breve informação sobre os índios Asuriní e Parakanân; rio Tocantins, Pará. *Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi*. n. sér.: Antrop, Belém. 11, 22 p.
- 1967 — Grupos Tupí do Tocantins. In: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA, Belém, 1966. *Atas...* Rio de Janeiro, CNPq. v. 2, Antropologia, p. 57-68.
- 1975 — Os índios Gaviões de Oeste. *Pacificação e Integração. Pub. Avulsas Mus. Pa. Emílio Goeldi*. Belém, 86 p. il. mapas.
- 1978 — Notícia sobre os índios Araweté, Rio Xingu Pará. *Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi*. n. sér., Antrop, Belém, 71. 20 p. il.

ARNAUD, Expedito & GALVÃO, Eduardo

- 1969 — Notícia sobre os índios Anambé (rio Calari, Pará). *Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi*. n. sér., Antrop., Belém, 42, 11 p. il. mapa.

BENCHIMOL, Samuel

- 1981 — *Amazônia legal na década 70/80; expansão e concentração demográfica*. Manaus. Ed. Univ. Amazonas/CEDEAM. 167 p. mapa.

CARVALHO, Genésio e Gerson Reis

- 1977 — "*Relatório da frente do rio Anapú*". Purucuí, 20 de Janeiro de 1977. (Inédito).

CARVALHO, João Evangelista

- 1971 — "*Diário da frente de atração dos índios Paracaná*". Tucuruí. (Inédito).
- 1977 — "*Diário da frente de atração do Ipixuna*". 27 de julho de 1976 a 6 de julho de 1977. (Inédito).

COUDREAU, Henri

- 1897 — *Voyage ao Tocantins-Araguaia. 31 de Dezembro — 1896 — 23 de Maio de 1897*. Paris, A. Lahure, 298 p. mapa.

Cr\$ 300 milhões pela madeira retirada da reserva Parakanã. *O Liberal*

- 1982 — Belém, 25 de jul.

CRUZ, Ernesto

1963 — *História do Pará*. UFFa. V. 1. 148 p.

DAVIS, Shelton H.

1978 — *Vitimas do milagre — O desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar. 208 p. mapas.

DELEGADO da FUNAI afirma que antropólogo cometeu desmandos.

1979 — *A Província do Pará*. 30 de out.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Projeto RADAM

1974 — *Uso potencial da terra da folha SB22 — Araguaia e parte da folha SC22 — Tocantins*. Rio de Janeiro, 34 p. il. mapa. (Levantamento de Recursos Naturais, 4).

FERREIRA PENNA, Domingos Soares

1973 — *Obras completas*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, v. 1. 321 p.

FIGUEIREDO, Vânia

1975 — *Altamira — latitude esperança*. Altamira, 180 p.

GALOIS, Dominique

1981 — Os Waiápi e seu território. *Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi*. n. sér., Antrop., Belém, 80, 38 p. il. mapa.

GALVÃO, Eduardo

1960 — Áreas culturais indígenas do Brasil; 1900-1959. *Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi*. n. sér., Antrop., Belém, 8, 41 p. mapa.

HARRISON, Carl H.

1976 — *Gramática Asurini — aspectos de uma gramática transformacional e discursos monologados da língua Asurini — Família Tupi-Guarani*. Brasília, Summer Institute of Linguistics. 173 p. (Linguística, 4).

JANGOUX, Jacques

1978 — Preliminary observations on shamanism, curing rituals and propitiatory ceremonies among the Asurini Indians of the middle Xingu in Brazil. *Sep. Arq. Anatomia e Antropologia*, Rio de Janeiro, 3: 13-76, il.

KRAUETLER, Eurico

1953 — *O Xingu, Encanto ou terror?* Belém, Imprensa Oficial, 55 p.

LARAIA, Roque de Barros

1963 — "Arranjos poliândricos" na sociedade Suruí. *R. Mus. Paul.*, n. sér., São Paulo, 14: 71-75.

1972 — Akuáwa-Asurini e Suruí: Análise de dois grupos Tupí. *Rev. do Inst. de Estudos Brasileiros*. S. Paulo, 12: 7-30.

LARAIA, Roque de Barros & MATA, Roberto da

1967 — *Índios e castanheiros*. S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 146 p. il. mapa (Corpo e Alma do Brasil, 21).

LUKESCH, Anton

1976 — *Bearded indians of the tropical forest*. Graz Akademisch Druck — W. Verlagsanstalt, 142 p. il.

MAGALHÃES, Antonio Carlos

1991 — Os Parakanã — O destino de uma nação indígena. *A questão da terra*. S. Paulo, Global, p. 83-94 (Cad. Comissão Pró-Índio, 2).

MÜLLER, Regina

1980 — Os últimos Tupí da Amazônia. *Rev. Geogr. Univer.*, São Paulo, 71: 36-43. il.

MUNIZ, Palma

1916 — Limites municipais do Estado do Pará. *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Pará, 9. 808 p.

NIMUENDAJU, Curt

1948-A — "Tribes of the lower and middle Xingu". In: *HANDBOOK of South American Indians*. *Bull. Bur. Amer. Ethnol.* Washington, 143 (3): 213-43.

1948-B — Little-Known tribes of the lower Tocantins River Region. In: *HANDBOOK of South American Indians*. *Bull. Bur. Amer. Ethnol.* Washington, 143 (3): 203-208.

1961 — *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro. IBGE, 97 p. il. mapa.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de

1970 — Os índios Jurúna do Alto Xingu. *Dédalo*. S. Paulo, 6 (11-12). 291 p. il. mapa. tab.

PATERNOSTRO, Júlio

1945 — *Viagem ao Tocantins*. São Paulo, Ed. Nacional, 358 p. mapa. (Brasiliana, 248).

QUEIROZ, Renato da Silva

1976 — O depoimento de Tibakou: As experiências da vida de um índio Suruí. *Rev. do Inst. de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 18: 118-128.

1980 — Por falar em Suruí... *R. de Antrop.*, São Paulo, 23: 91-98.

REIS, Arthur Cesar Ferreira

1960 — *A Amazônia e a cobiça internacional*. S. Paulo, Ed. Nacional, 258 p.

RIBEIRO, Berta G.

1981-A — "A oleira e a tecelã: o papel social da mulher na sociedade Asurini". 23 p. (Inédito).

1981-B — "ARAWETÊ: A índia vestida". 34 p. (Inédito).

SILVA FILHO, Mário de

1982 — "Relatório descritivo da viagem ao PI Ipixuna — 22/01/82". Belém, (Inédito).

SOARES, Antonio Cotrim

1971 — "Relatório sobre a atual situação da comunidade denominada Asurini do Xingu". Altamira, P.I. Koatinemo, 34 p. (Inédito).

(Aceito para publicação em 29/12/82)

ARNAUD, Expedito. Mudanças entre indígenas Tupi da região do Tocantins-Xingu (Bacia Amazônica). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série: Antropologia, Belém (84): 1-50. il.**

RESUMO: O trabalho focaliza os grupos indígenas Akuáwa-Asurin (rio Trocará, Tocantins), Suruí-Mudjetire (rio Sororosinho, Tocantins), Parakanân (rios Tocantins e Xingu), Asuriní do Xingu (rio Piaçava, Xingu) e Araweté (rio Ipixuna, Xingu). Contém os seguintes capítulos: a — A ocupação nacional; b — Os grupos indígenas; e c — Os contatos inter e extra-tribais.

CDU 572.9(811)

CDD 572.9811

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI